

Tribuna Operária

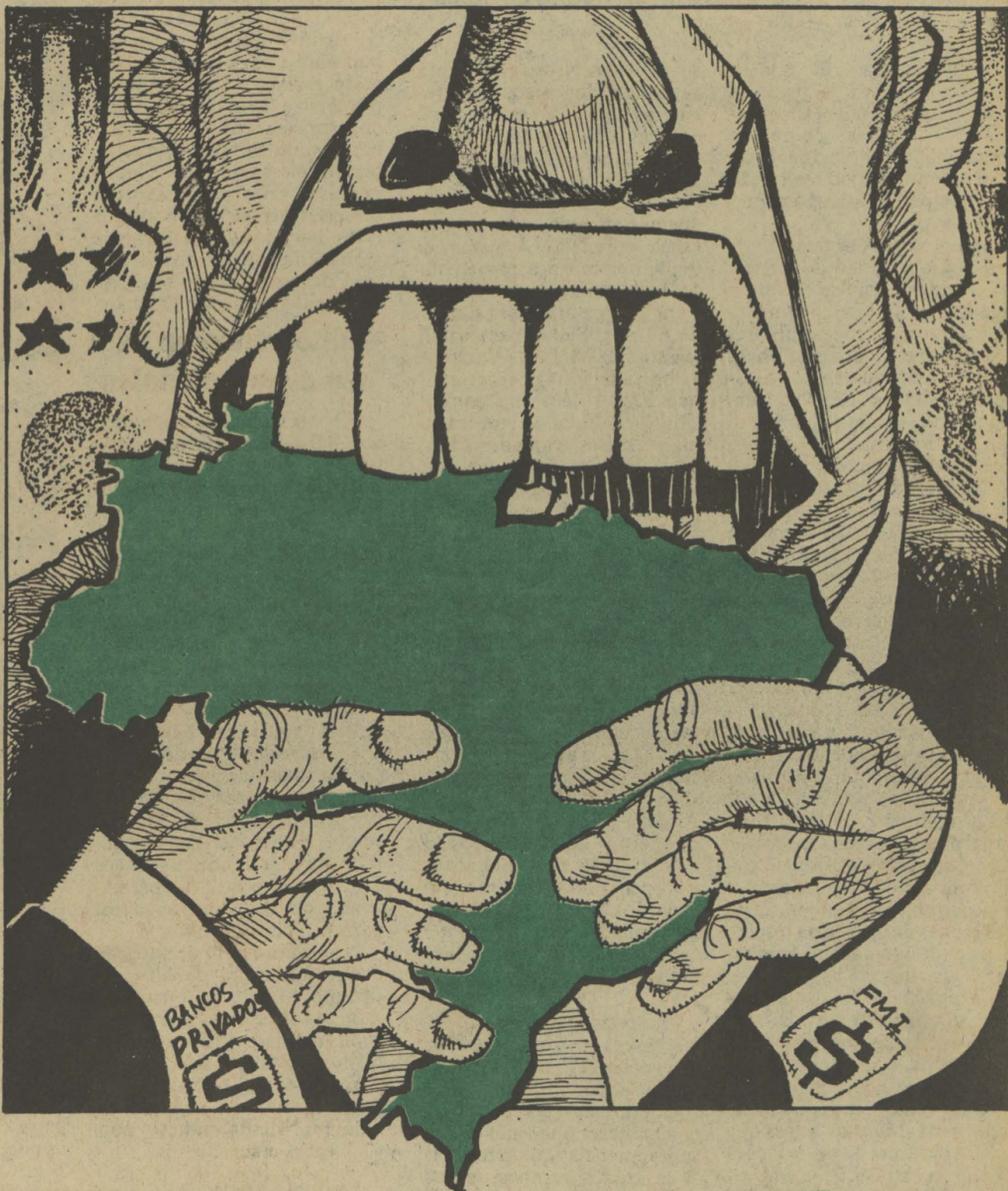
ANO IX - Nº 336 - DE 2 A 8 DE NOVEMBRO DE 1987

Cz\$ 15,00

Fim da moratória

Governo capitula diante dos credores

O ministro da Fazenda revelou a deputados do PMDB que o governo vai pagar 480 milhões de dólares aos bancos privados estrangeiros, a fim de evitar um novo rebaixamento da classificação dos débitos do Brasil e a conseqüente contabilização de prejuízos das instituições norte-americanas. O ato de capitulação não serve à nação. Veja na pág. 4



EDITORIAL

Pretextos da reação

Os reacionários e conservadores estão em pânico. As limitadas conquistas democráticas alcançadas na Comissão de Sistematização tornaram-se um peso para esta gente. E embora os diversos grupos que representam estas correntes estejam divididos por mil interesses mesquinhos e fisiológicos, todos eles tratam de jogar a opinião pública contra a Constituinte e de arranjar um jeito de "melar" tudo que foi realizado até o momento.

Os pretextos são os mais estúpidos. Alguns dizem que a Comissão de Sistematização "demora muito" e que não se pode tolerar novo adiamento dos prazos da Comissão de Sistematização - "porque isto fere o regimento interno". Evidente trapaça. O regimento estabelece as regras do jogo. Mas as datas são apenas indicativas. Se os debates se prolongam mais do que o previsto, devido ao grau das divergências, seria ridículo atropelar as propostas em pauta e aprovar qualquer coisa simplesmente para manter o dia de encerramento anteriormente planejado. Um ajuste no prazo é inteiramente razoável.

Mas este "amor ardente" pelas normas revela-se falso, pela alternativa encontrada pelos direitistas. Eles querem mudar o regimento - tido como sagrado na primeira parte do argumento - para permitir aos governistas apresentar em plenário um substitutivo ao projeto chamado Cabral II, que está sendo examinado na Comissão de Sistematização. Ou seja, ai sim, violar as regras estabelecidas, anular todos os debates e todas as decisões que custaram meses e meses, e começar tudo de novo com a presença dos 559 constituintes. Tudo isto dizendo que é preciso ganhar tempo!

Delim Netto também entra na dança e propõe dissolver a atual Constituinte e eleger uma outra, com apenas 120 membros. Sobral Pinto, usando seu prestígio de liberal, vai no mesmo

caminho e propõe anular a atual Constituição para voltarmos à Carta Magna de 1946. O ilustre jurista talvez não consiga acompanhar as coisas que estão acontecendo e por isto não percebe que o anseio do povo não é recuar no tempo mas sim marchar para o futuro em busca do progresso. O "Estadão" não se envergonha de pregar a liquidação de todos os partidos, a alteração do sistema eleitoral e a convocação de eleições gerais com a predominância do voto de cabresto. Qualquer coisa serve para negar direitos democráticos!

Os brasileiros estão descontentes com a incompetência do governo Sarney e, com justa razão, descrentes das soluções milagrosas anunciadas pelos políticos burgueses. Mas não pode, por causa disto, deixar-se ofuscar pela onda de "negar tudo" elaborada nos laboratórios da própria burguesia. Coloca-se como tarefa urgente das forças progressistas encontrar propostas concretas, não tiradas da cartola de algum mágico mas da vida política em curso, que permitam unir o povo para a ação e golpear os planos golpistas da direita.

Salta aos olhos que, nesta situação, só os conservadores têm interesses em sabotar Constituinte. Por maiores que sejam os seus defeitos, e são muitos, tem sido possível travar a batalha e assegurar pontos de interesse popular. A defesa das normas democráticas pode unir amplas forças.

Mas além de defender o funcionamento da Constituinte, o povo tem pela frente, em particular a responsabilidade de pressionar no sentido de pôr fim ao sistema ditatorial presidencialista e implantar o parlamentarismo, além de culminar a transição, que Sarney acabou não realizando, pela convocação de eleições em 88, logo após a promulgação da Constituição. Estas são, nestes dias, os pontos principais que separam os progressistas dos reacionários e conservadores.



Na Ford, a disposição de resistir às multinacionais

Grevistas encaram o plano da Autolatina

Os aproximadamente 40 mil metalúrgicos da Volks e Ford de São Bernardo, no ABC paulista, continuam de braços cruzados. As 2.200 demissões da semana passada, que vitimaram operários doentes e prestes a se aposentar, não intimidaram os grevistas. Na prática, a combativa classe operária da região coloca em xeque os planos monopolísticos das duas

multinacionais, hoje amancebadas na "holding" Autolatina.

Diante da forte concorrência dos automóveis japoneses no mercado mundial, a Autolatina opera mudanças nas suas unidades do Brasil e Argentina para "melhorar a produção", resultando em demissões e intensificação do ritmo de trabalho. Veja na página 6.

Conjuntura: a direita sente medo

A impotência do Planalto e a divisão dos conservadores geraram um impasse político. P. 3

Brasília conquista a emancipação

Além disto a Constituinte aprovou aposentadoria das professoras aos 25 anos e reajustes iguais de civis e militares. P. 3

Querem tirar a Mafersa dos trilhos

As multinacionais do setor ferroviário se articulam para privatizar a estatal. P. 4

Infanticídio: fome mata 14 milhões

No relatório "Situação Mundial da Infância", da Unicef, a dramática

revelação de que a desnutrição e a falta de medidas elementares de saúde causam a morte de 14 milhões de crianças menores de cinco anos a cada 12 meses. O Brasil, com cerca de 300 mil crianças mortas por ano, lidera a lista desta tragédia. Veja o que diz o documento elaborado pela entidade da ONU na última página.



CDIM
Centro de Investigação e Memória
Fundação Inácio Góes

ALBÂNIA NA ONU

Desmascarando tramas imperialistas

O Ministro do Exterior da República Popular Socialista da Albânia, Reis Malile, fez recentemente pronunciamento na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas onde expôs a avaliação que o governo albanês faz da atual situação mundial. Publicamos a seguir trechos do pronunciamento de Reis Malile:

"Embora mais de quatro décadas tenham se passado desde a fundação da Organização das Nações Unidas, a comunidade internacional está ainda bem longe da realização dos objetivos relativos à garantia da paz.

Sob pretextos os mais diversos, como o perigo do Leste e do Oeste, etc, viu-se de fato a legalização do estacionamento sem demora de tropas militares dos Estados Unidos e da União Soviética em numerosos Estados. Encontros sucessivos têm lugar, onde se fala da manutenção do equilíbrio das forças, mas os dois blocos organizam de lado a lado manobras militares alternadas, e o máximo que se ouve falar a este respeito é a satisfação de ver participar observadores dos dois blocos. Não se discute jamais a evacuação completa das tropas americanas e soviéticas dos territórios estrangeiros onde estão estacionadas. Em nome da coordenação das políticas no quadro dos blocos, a adoção de decisões independentes é restringida ao mínimo e tornada de fato impossível. Toda a atividade política das duas superpotências nas negociações bilaterais entre os blocos ou num quadro mais amplo é concentrada na manutenção de suas zonas de influência respectivas e mesmo em sua ampliação. Esta situação inadmissível de ocupações não declaradas nos tempos modernos não pode deixar de nos lembrar as longas invasões dos séculos passados e as lições da história.

"Faz muito tempo, sobretudo nesses últimos anos, que se fala bastante de negociações de cúpula entre os Estados Unidos e a União Soviética, dentro da esperança de que elas possam decidir os destinos da paz e do futuro da humanidade. Que as superpotências se encontrem e discutam entre si, é seu direito e ofício, mas é inadmissível que elas discutam e tomem decisões em nome de outros. Seria perigoso para os povos aceitar a institucionalização dos encontros de cúpula das superpotências como uma instância habilitada a tomar também decisões em nome de terceiros.

A Europa com os pés e as mãos atados

Os problemas da Europa e da segurança européia, interessam diretamente à Albânia socialista. A paz no continente, as relações amistosas entre os povos e os países europeus significam também a paz e um desenvolvimento normal para a República Popular Socialista

da Albânia. Nosso povo, que, ao longo dos séculos sofreu guerras e invasões estrangeiras não cessa de combater na primeira linha pela paz e a amizade entre os povos.

Mas a partir de onde e por quem está ameaçada a segurança européia? A partir de onde, por quem a paz é colocada em perigo no continente? Longos elos atam pés e mãos da Europa. São os pactos militares da OTAN e de Varsóvia, as bases militares e os arsenais nucleares e de armas convencionais instalados em vários países, são as armas dos EUA e da União Soviética, que, apesar de mais de 40 anos terem se passado desde a II Guerra Mundial, permanecem instaladas na Europa como se estivessem em suas casas; são os barcos de guerra, os cruzadores e os porta-aviões das duas superpotências, que vão e vêm como hidras no Mediterrâneo e nos mares europeus; são as pressões econômicas e políticas, a agressão cultural imperialista, que asfixiam o continente. Tudo isso trunca a soberania de diversos países. A Albânia não participou e não participa das reuniões da Conferência pela Segurança Européia porque estamos convencidos que tais reuniões, manipuladas pelas superpotências, não podem chegar a resultados frutíferos.

"Entretanto, o governo albanês teve e tem ainda a firme convicção de que a segurança européia não pode ser realizada por meio de reuniões e de conferências onde são as duas superpotências que fazem a lei. A segurança européia se realizará se o continente for liberado dos elos em que se amarraram as duas superpotências.

"Os Balcãs também não se sentem tranquilos e nem sem problemas. Além da ingerência das superpotências, existem ainda elementos e fatores negativos regionais que acentuam a tensão. Todos sabem que a história misturou os povos dos Balcãs e que as minorias étnicas são numerosas na região. Infelizmente, nos últimos anos, de uma maneira ou de outra percebe-se a excitação dos rancores e das paixões chauvinistas. A RPS da Albânia é contra esta tendência perigosa. Ela não pode admitir as ações que limitam os direitos nacionais dos povos dos Balcãs, ou que dividem estes povos e atacam a hostilidade entre eles. Ela é a favor do respeito dos direitos de cada povo e de cada minoria étnica.

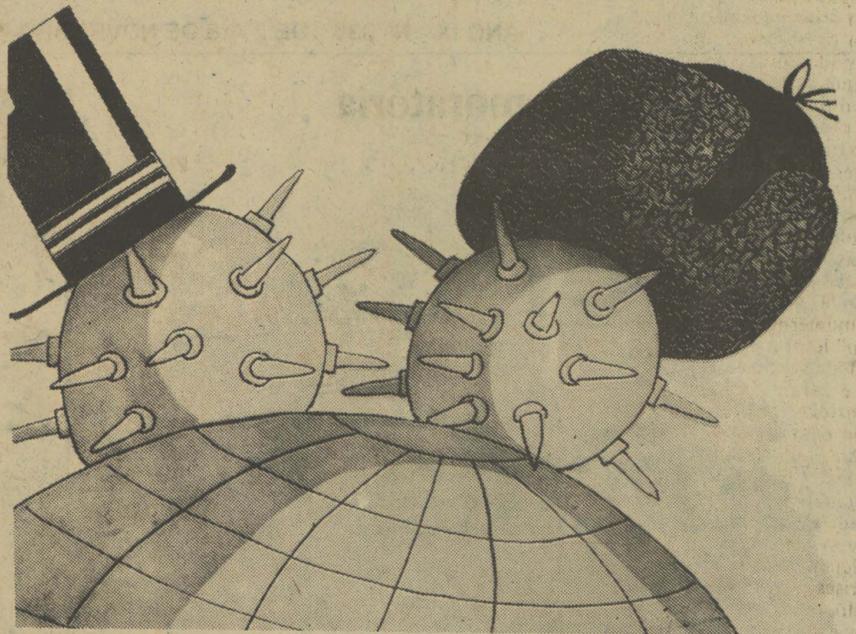
"De tempos em tempos, se tomam iniciativas pela organização de diversas atividades e reuniões políticas ao nível balcânico. O governo albanês aprecia toda iniciativa sincera e construtiva que possa contribuir para a paz e a estabilidade nessa região, e é portanto em princípio a favor das reuniões e conversas tanto bilaterais como multilaterais. Ao mesmo tempo, ele avalia que é indispensável criar previamente, a atmosfera requerida para que estas iniciativas concorram à verdadeira solução dos problemas da região e não suscitem um agravamento da situação.

Mediterrâneo na mira das superpotências

"Os problemas da segurança nos Balcãs e na Europa estão ligados estreitamente aos da segurança no Mediterrâneo. Desde anos esta bacia transformou-se em uma arena de rivalidade das superpotências que aportam suas frotas de guerra a milhares de quilômetros de seus territórios e ameaçam os povos e a paz na região. Sua presença e sua atividade mantêm os povos e os países mediterrâneos num estado de tensão contínua. Mesmo a ancoragem dos cruzadores e de outros navios de guerra americanos e soviéticos que, a título de pretensas visitas "amigáveis" e "turísticas" têm assegurado em alguns países serviços e facilidades portuárias permanentes, constitui um perigo real para os países vizinhos.

"O agravamento da situação e a continuação da crise do Oriente Médio, as operações militares sucessivas dos americanos no Mediterrâneo ocidental etc, atestam como é urgente e indispensável opor-se à presença militar das superpotências no Mediterrâneo, com suas bases e suas frotas.

"A grave tragédia do povo palestino, contra o qual é praticado há muito um genocídio idêntico ao praticado contra os judeus na Segunda Guerra,



somaram-se o drama e os acontecimentos trágicos do Líbano, que tornou-se uma arena de combates fratricidas atizados pelas potências imperialistas e por Israel, bem como por todos os que fazem seu jogo. No Líbano, independentemente do grupo político ou da seita religiosa a que pertencem os que se enfrentam, o sangue árabe continua a ser derramado, e a causa árabe em geral e a palestina em particular são atingidas no coração.

Depois de ter responsabilizado pela situação no Oriente Médio as potências imperialistas, Reis Malile disse que o prosseguimento da guerra entre Iraque e Irã "causou incalculáveis perdas humanas e materiais aos povos destes dois países. Ela favorece apenas os inimigos destes países e da paz. E um dia estes inimigos poderiam utilizar este conflito como um pretexto para estender chammas não apenas na zona do Golfo mas ainda mais longe. Os Estados Unidos e outras

potências enviaram à região as frotas e os navios de guerra sob pretexto de assegurar a liberdade de negociação e de dominar suas águas. Criou-se um precedente extremamente perigoso. Hoje tornou-se mais imperativo que nunca escutar os apelos sinceros dos Estados democráticos e pacíficos, que representam a voz da razão da opinião internacional sadia, e colocar fim o mais cedo a esta guerra. Seria no próprio interesse do Iraque e do Irã, bem como no da paz e da estabilidade nessa região e no mundo.

Apoio às lutas dos povos por liberdade

"Em outras zonas igualmente, como na África, na América Central, no Sudeste Asiático etc., o imperialismo e a reação atacam e alimentam um certo número de focos de tensão.

"Os povos, onde quer que se encontrem: nos territórios ára-

bes ocupados ou na Nicarágua; no Afeganistão, na Namíbia ou na África do Sul etc., intensificaram sua resistência patriótica à agressão e à intervenção estrangeira, eles intensificam sua luta anti-imperialista, a luta contra a discriminação racial e o apartheid, a favor de seus direitos democráticos e nacionais. Os povos e os países em desenvolvimento fazem esforços e combatem contra o sistema de rendimentos neocoloniais impostos pelas potências imperialistas. Nós nos somamos a estes esforços para remediar a desigualdade nos rendimentos econômicos internacionais.

"O povo e o governo albaneses continuarão no futuro, como fizeram até hoje, a apoiar sem reservas as lutas dos povos pela liberdade e independência nacional, que constitui uma das tendências fundamentais da evolução mundial atual e ao mesmo tempo uma contribuição à causa da paz, da liberdade e da democracia.

BOLSAS DE VALORES

Novos sinais de desespero

Na última segunda-feira, um senhor de 53 anos, Arthur Kane, investidor do mercado acionário, invadiu a filial da corretora Merrill Lynch, em Miami (Estados Unidos) e, armado de um revólver, atirou sobre o vice-presidente da empresa, Jorge Argilagos, 51 anos, matando-o, e feriu gravemente Lloyd Kolokoff, outro vice-presidente. Depois disto, atirou sobre a própria cabeça, pondo termo à vida.

Três dias antes o empresário Vernon Lamberg, de 58 anos, presidente aposentado da Appleton Machine, havia se suicidado num quarto de motel em Wautoma, também nos EUA. Tanto Kane quanto Lamberg perderam suas fortunas com o colapso da Bolsa de Valores de Wall Street (Nova York) na "segunda-feira negra", dia 19, que, aliás, fez o infortúnio de muitos pequenos investidores.

PERPLEXIDADE

Os dois episódios são ilustrativos do clima de insegurança e desespero que tomou conta do mercado de ações após o crash (queda vertiginosa) do dia 19. Os governos dos Estados Unidos e de outros países, juntamente com as grandes com-

panhias, adotaram uma série de medidas visando sustar o processo de baixas das bolsas, inclusive efetuando compras maciças de ações, mas não restauraram a confiança nos investidores.

Na segunda-feira passada, dia 26, o pânico retornou com força, insuflado por acentuadas e perigosas quedas. Desta vez quem arrastou as cotações para o buraco foi a Bolsa de Hong Kong, que havia ficado paralisada durante quatro dias e reabriu para sofrer um declínio sem precedentes em sua história, acumulando somente naquele dia uma desvalorização de 33%. Ato contínuo, o nervosismo se apoderou das demais bolsas do mundo e Wall Street recuou 157 pontos, ou cerca de 8%.

Uma vez mais foram necessárias fortes intervenções oficiais para impedir um desastre maior. Grandes empresas, o governo de Hong Kong e até o Banco de Pequim injetaram algumas centenas de milhões de dólares no mercado e na terça-feira, dia 27, as bolsas apresentaram leves recuperações.

No entanto, a cada queda a



Pregão na Bolsa de Valores de Nova York: pânico em Wall Street

situação econômica parece fugir mais do controle exercido pelas autoridades. A perplexidade é grande. A economia norte-americana, causa básica dos sobressaltos que assolam as bolsas de valores, dá novos sinais negativos. Os gastos dos consumidores registraram uma queda de 0,5% no mês de setembro, o que representa uma redução das compras da

ordem de 16,1 bilhões de dólares.

Por sua vez, o presidente Reagan anunciou na semana passada novas restrições às importações de todos os países como forma de conter o déficit da balança comercial, colocando novos ingredientes no preparo da recessão anunciada pelo crash da bolsa.

Relações com Alemanha

A República Popular Socialista da Albânia estabeleceu relações diplomáticas com a República Federal da Alemanha, em mais um avanço de sua diplomacia internacional. Há poucas semanas atrás, o país socialista havia reatado relações com a Grécia e estabelecido relações com o Canadá e Bolívia. Sobre o assunto, o jornal "Zeri i Popullit", órgão central do Partido do Trabalho escreveu:

"A Albânia Socialista, com exceção dos EUA e da URSS, com os quais não tem nem terá nenhum vínculo, sempre seguiu uma política ativa de desenvolvimento de relações normais com todos aqueles Estados que mantêm uma posição correta face a ela. A Albânia luta pela criação de um clima propício para a aproximação e colaboração entre os Estados com base na não intervenção nos assuntos internos, no respeito da soberania nacional e da integridade territorial nas diversas trocas de proveito recíproco e de interesse geral. Dentro deste quadro político temos encarado e desejado as relações com a

República Federal da Alemanha".

"O estabelecimento das relações diplomáticas abre uma nova página nas relações entre os dois países. Entre a RPSA e a RFA há anos que ocorrem trocas no campo do comércio, da cultura, do turismo e ainda em outros domínios.

"O estabelecimento das relações diplomáticas criará condições e possibilidades de dar-lhes um novo impulso e ampliá-las ainda mais. A normalização das relações diplomáticas com a RFA é um êxito da política externa do nosso país, da prudência e da perspicácia do camarada Enver Hoxha, que definiu esta política, é um êxito do nosso partido e do nosso governo que a aplicaram com fidelidade e firmeza.

"Este ato fortalece ainda mais as posições internacionais da Albânia, eleva mais o prestígio e o respeito que ela desfruta no mundo. Ao mesmo tempo rejeita a propaganda baixa e hostil de alguns conhecidos centros, que permanentemente apregoam, entre outras coisas, que a Albânia está isolada e fechada".



A Revolução de 17

No 70º aniversário da Revolução de 1917, o Partido Comunista do Brasil convida todos os trabalhadores e moradores de São Paulo para uma palestra com o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, dia 8, às 15:00 horas, no Sindicato dos Aeroviários - Av. Washington Luiz, nº 6.979, em frente ao Aeroporto de Congonhas. Compareça e traga sua família, pois este é um tema que interessa a todos nós.

Os trabalhadores do mundo inteiro comemoram este mês os 70 anos da Grande Revolução Socialista de 1917 na Rússia, dirigida pelo Partido Comunista de Vladimir Lênin.

Este acontecimento que sacudiu o mundo provou, pela primeira vez na história, que é possível criarmos uma sociedade nova, de tipo superior: onde todos trabalham e ninguém vive do trabalho alheio; onde não há desemprego nem mordomias, carestia ou favelas; onde a educação e a saúde são um direito gratuito para todos.

Fundação Maurício Grabois

CONJUNTURA

A crise e os vários modos de superá-la

Se é possível identificar em cada momento da vida dos países alguns sinais que o caracterizam e distinguem dos demais, então os observadores atentos não poderão deixar de perceber que as marcas registradas da conjuntura brasileira de hoje são certamente a extrema instabilidade política e a impressionante incapacidade das classes dominantes se unificarem em torno de um projeto comum. E se há alguns meses o pensamento predominante buscava ocultar a crise, procurando fazer crer que o trabalho dos inúmeros "grupos de consenso" levaria a Constituinte a um desenvolvimento sem traumas e garantiria longa vida à "transição política" capitaneada pelo presidente Sarney, bastou a eclosão de uma crise política no seio da Aliança Democrática para que a precariedade desse processo se tornasse evidente.

Alguém já disse que durante as crises a história anda mais rápido, e a situação política muda e até se inverte em pouco tempo. As quatro semanas de disputas intensas no seio do governo foram suficientes, em primeiro lugar, para corroer o pouco que restava da base de sustentação do chefe do governo. Logo após o rompimento da Aliança pelo PFL, ele apostou alto, ao ocupar cadeira nacional de rádio e TV para exigir apoio integral a seu governo e liberdade ampla para tomar decisões. Como a crise se encerrou sem que nenhum desses objetivos tivesse sido alcançado, Sarney acabou passando a si mesmo um atestado público de fraqueza política. Sua autoridade,

sua margem de manobra e sua própria condição de influir ativamente nos acontecimentos futuros são hoje incomparavelmente menores do que eram há apenas 30 dias.

A crise golpeou também os partidos no poder. No PFL, que procurava aparecer como uma agremiação coesa, revelou-se a existência de pelo menos duas alas, que estão em disputa aberta e que parece difícil conciliar. Enquanto o ministro Antônio Carlos Magalhães julga indispensável sustentar as posições pefelistas no governo para ter alguma chance nas próximas eleições, o senador Marco Maciel prega o rompimento com Sarney, e

ameaça expressamente afastar-se do partido, carregando boa parte de suas bases. No PMDB, embora seus dirigentes tenham se decidido desde logo a continuar integrando a equipe ministerial, tudo indica que uma parte significativa da bancada federal vacila ou recusa-se terminantemente a assumir a defesa do governo.

Nada disso, no entanto, se compara em importância à terceira e mais significativa consequência da crise: ela debilitou de forma surpreendentemente rápida o complexo esquema de alianças que de uma forma ou de outra unia Ulysses a Sarney, congregava a quase totalidade das facções do PMDB e do

PFL e foi capaz de assegurar durante o primeiro semestre a vitória dos conservadores em todas as votações fundamentais da Constituinte. Se durante as fases das subcomissões e das comissões temáticas o Palácio do Planalto era capaz de comandar as votações comprando o apoio de deputados e senadores com cargos políticos e outras vantagens, hoje nada retrata melhor a impotência do governo que o fato de o Ministério da Educação, um dos mais poderosos e influentes, ter ficado durante mais de uma semana vago, até que o PFL se dispusesse finalmente a ocupá-lo.

Justamente esta situação

deceito nova, em que alguns dos elos que amarravam a Assembléia Constituinte se romperam e em que ela pôde enfim ser sensível a certas aspirações populares gera entre os reacionários um clima de tensão de intranquilidade. Embora não ocupasse diretamente o poder e fizesse constantes críticas à equipe de Sarney, a direita tinha na força do Palácio do Planalto uma garantia de que as estruturas políticas e econômicas do país não seriam afetadas pelos constituintes. Ao perder esta garantia, ela passou a ver principalmente na quebra da legalidade democrática a saída para a salvação de seus interesses.

É por isso que desde a reforma ministerial os editoriais do "Estado de S. Paulo" passaram a defender com notável insistência uma estranha fórmula política, que inclui o encerramento imediato dos trabalhos constitucionais, a anulação de todos os mandatos executivos e legislativos e a convocação de eleições em todos os níveis, através de processos viciados.

É também por isso que vêm dos quartéis declarações abertamente intervencionistas. O general Figueiredo atacou o presidente Sarney e pregou a unidade da direita para formar um governo ainda mais reacionário; dois capitães cariocas fizeram críticas virulentas ao ministro do Exército e numerosos oficiais da reserva e da ativa apressam-se em cerrar fileiras em torno da ABDD, uma entidade que não faz segredo de seus objetivos golpistas.

Ocorre que há uma distância considerável entre colocar-se

genericamente contra a Constituinte e planejar a sua derrocada. Por terem assumido compromissos diferentes no esforço de obter alguma sustentação política, os diversos setores que compõem a direita não conseguiram até o momento se unificar em torno de um único plano de ação. Todos - desde Sarney até os trogloditas do Exército - concordam que é necessário impedir que a Constituinte trilhe o caminho democrático. Mas enquanto uns pregam a ação militar direta, outros preferem pressionar os próprios parlamentares a encerrar os trabalhos constitucionais, e um terceiro grupo acredita que ainda é possível alterar a tendência atual desses trabalhos.

Com a Aliança Democrática desmoronada e com a direita ainda incapaz de marchar unida, poderia estar aberto um enorme espaço para que as forças progressistas avançassem a passos largos. Mas isso não se dá, por dois motivos básicos. Primeiro, porque entre essas forças ainda há setores que não compreenderam em toda a sua dimensão e profundidade o momento político decisivo em que vivemos e as possibilidades que ele abre. Segundo, porque também no seio delas persiste uma lamentável divisão, que às vezes tem origem em pontos políticos secundários. Resolver estes dois problemas será, nos próximos meses, a condição básica para que a crise brasileira possa ser resolvida através da alteração profunda das estruturas retrógradas que impedem o desenvolvimento do país.

(Antonio Martins)



CONSTITUINTE

Saldos positivos na semana

A Comissão de Sistematização da Constituinte concluiu, na quarta-feira da semana passada, a votação do Título III do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, que trata da Organização do Estado. Confirmando a tendência que tem marcado os trabalhos da comissão, importantes conquistas foram obtidas também neste título.

Sem dúvida nenhuma, a mais importante foi a aprovação da completa autonomia política de Brasília, que passa a ter o direito de eleger pelo voto direto e secreto o seu governador e uma Câmara Legislativa, correspondente às Assembleias Legislativas estaduais. Com a decisão - tomada por esmagadora maioria de votos - o povo de Brasília conquista finalmente a sua emancipação e coloca um fim definitivo nos governadores biônicos que arrasaram com a capital da República.

A autonomia política de Brasília foi garantida com a rejeição de um destaque apresentado pelo deputado-empresário Fernando Gasparian para a votação da emenda do deputado Cid Carvalho, PMDB-MA, que pretendia jogar para a lei ordinária a definição sobre a questão. A manobra foi fragorosamente derrotada por 83 votos contra apenas oito e duas abstenções. Votaram a favor - e, portanto, contra a autonomia - os constituintes Cid Carvalho, Fernando Gasparian, Pimenta da Veiga, Oswaldo Lima Filho, Theodoro Mendes, Virgildário de Senna, Israel Pinheiro e Roberto Brandt que, assim, colocaram-se contra o povo do Distrito Federal.

Outra vitória importante foi a aprovação de um destaque que restringe ainda mais as possibilidades de censura nos

espetáculos artísticos e nos programas de rádio e televisão. Pelo texto aprovado, o governo deve exercer apenas a classificação de diversões públicas e programas de telecomunicações, para efeito indicativo. Ou seja, não pode proibir a exibição de nenhum programa, limitando-se a opinar se determinado programa é ou não recomendável para certas faixas etárias.

Em relação à participação popular nos assuntos comunitários municipais foram obtidos consideráveis avanços. Em primeiro lugar, a comissão aprovou um destaque prevendo que as organizações comunitárias participarão do planejamento municipal, num reconhecimento efetivo do papel das associações de moradores. Ao mesmo tempo, também foi aprovado que a lei orgânica dos municípios disporá sobre a regulamentação da iniciativa popular no âmbito do legislativo. Finalmente, foi acatado um destaque determinando que qualquer cidadão pode questionar judicialmente as prestações de contas municipais, que devem ficar disponíveis para exame da comunidade. Em contrapartida, diversos destaques que pretendiam institucionalizar a criação de Conselhos Comuni-

tários Municipais não foram aprovados.

No que diz respeito à representação política municipal, a Comissão de Sistematização rejeitou um destaque de autoria do deputado Gastone Righi - por 58 votos contra 32 -, que pretendia suprimir a eleição em dois turnos para os prefeitos municipais. Em relação ao número de vereadores, foi rejeitado um importante destaque do líder do PCdoB, Haroldo Lima, propondo o aumento do número máximo de vereadores nos municípios com até 1 milhão de habitantes dos 21 previstos no texto para 33: 65 votaram contra e 24 a favor. Ao mesmo tempo, foi aprovado um destaque do deputado Mozarildo Cavalcanti, que fixa em nove o número mínimo de vereadores em qualquer município.

SERVIDORES

No capítulo referente aos servidores públicos civis e militares foram introduzidas significativas alterações. Uma delas determina que os professores terão aposentadoria especial de 25 anos para mulher e 30 anos para homens, quando em efetivo exercício da profissão. Foi aprovado, também, um destaque estabelecendo que o reajuste dos servidores civis e militares deve ser feito na mesma época e com os mesmos índices, acabando com as atuais injustiças e distorções.

A Comissão de Sistematização aprovou, ainda, um destaque determinando que os servidores aposentados terão a

mesma remuneração de quando estavam no serviço ativo. Foi rejeitado um destaque que pretendia fixar um limite máximo para os vencimentos dos servidores públicos, numa tentativa de acabar com os marajás.

PONTO NEGATIVO

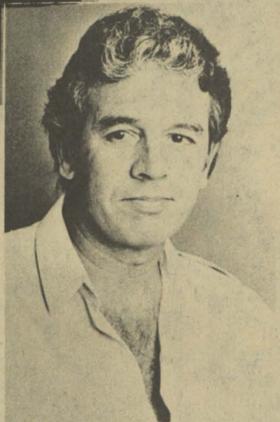
Um dos pontos mais negativos dos trabalhos da comissão foi a rejeição de um destaque solicitado pelo deputado Eduardo Bonfim, do PCdoB de Alagoas. Ele pretendia suprimir a possibilidade da União intervir nos Estados sob o pretexto de pôr fim a grave conturbação da ordem pública, coisa que, na prática, abre uma perigosa brecha para a ingerência do governo federal nos Estados e, principalmente, para a repressão de movimentos reivindicatórios que venham a ser classificados pelos governantes como "grave comprometimento à ordem pública".

O destaque foi rejeitado por 53 votos contra 25. Inclusive alguns parlamentares que gostam de aparecer como progressistas votaram contra, como Artur da Távola, Egídio Ferreira Lima, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Brito, José Fogaça, Mário Lima e Pimenta da Veiga.

No cômputo geral, porém, os resultados das últimas votações foram positivos. As forças progressistas acabaram conquistando importantes avanços.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

Maitê Proença e Carlos Lyra, entre outros artistas renomados, assinam o manifesto em defesa da "existência legal do PCdoB". O documento faz parte da nova campanha de filiações



PCdoB/CAMPANHA DE FILIAÇÃO

Artistas apóiam

"Infelizmente a legislação cerceia a liberdade de organização partidária. O direito inalienável da população se organizar em partidos políticos precisa ser preservado. Por isso, defendemos a existência legal do PCdoB". Este é o começo do manifesto assinado por inúmeros artistas de prestígio popular, entre eles, Maitê Proença, Osmar Prado, Carlos Lyra, Carlos Vereza, Marcos Paulo, Ricardo Petraglia, Lauro Góes, Jonas Mello e Ricardo Feghali (do conjunto Roupas Nova). Está sendo distribuído no Rio de Janeiro e faz parte da campanha dos comunistas para garantir o registro definitivo do PCdoB.

A nova campanha de filiação em massa, que se desenvolve em todo o país, tem como objetivo superar as absurdas exigências da lei eleitoral em vigor. Apesar do prazo bastante curto (até dezembro), ela tem encontrado boa receptividade do povo. Várias iniciativas estão programadas nos Estados visando atingir o número de filiados exigido.

No caso do Rio de Janeiro, além do manifesto dos artistas, está previsto o lançamento oficial da jornada de recrutamento para o próximo dia 1º de novembro, com um grande

Princípios

Revista teórica, política e de informação outubro 1987 Cds 100.00

VIVA A GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO

O SIGNIFICADO DA "GLASNOST" 14

Editora Anita Garibaldi

Qual o significado da revolução socialista de 1917? O que ocorre na URSS de Gorbachov e da "glasnost"? Como se efetua a pilhagem da dívida externa? Essa e outras importantes respostas você vai encontrar no nº 14 da revista **Princípios**, recém-editada. Não perca tempo. Eleve seus conhecimentos adquirindo um exemplar dessa publicação teórica e política.

CDM

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

Reunião das lideranças partidárias da Constituinte. Alguns avanços das forças progressistas



Negociadores da dívida brasileira em Nova York dobram-se às pressões da banca internacional

DÍVIDA EXTERNA

Ato de capitulação

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, revelou a deputados do PMDB na semana passada que o governo brasileiro vai pagar 480 milhões de dólares aos banqueiros privados estrangeiros, referentes a parte dos juros vencidos neste ano. O dinheiro seria depositado em um banco na Suíça.

O pagamento decorre de um acordo com a comunidade financeira internacional com o pretexto de impedir que os créditos de bancos norte-americanos com o Brasil sejam novamente rebaixados em sua classificação e contabilizados como prejuízos dessas instituições.

CAPITULAÇÃO

O ministro argumenta que tal iniciativa não caracteriza o fim da moratória decretada em 20 de fevereiro, constituindo mais uma trégua, uma espécie de "pagamento simbólico" efetuado com a finalidade de evitar o agravamento das condições com os credores, enquanto continuam as negociações com vistas a um acordo mais abrangente.

Ele seria mais honesto se admitisse que a decisão configura, em primeiro lugar, um ato de capitulação às pressões dos banqueiros (em especial os norte-americanos), com o qual o Brasil não ganha absolutamente nada.

Esse desdobramento das negociações que o governo do senhor Sarney vem realizando com a banca internacional não chegam a surpreender, pois resultam do próprio caráter da moratória parcial decretada em fevereiro. Ao anunciá-la - basicamente em consequência da carência de recursos para pagar - o governo em nenhum

momento pretendeu contestar o conteúdo espoliativo e agiota dos juros impostos ao país, nem mesmo submeteu os débitos a uma auditoria. Considerava que deveria "honrar" integralmente a dívida e só desejava melhores condições de pagamento. Agora dá marcha-a-ré sem mesmo conseguir o que pretendia.

Com efeito, a justificativa do ministro foi uma só, "evitar a reclassificação", ou, em outras palavras, a contabilização de novos prejuízos pelos bancos ianques. Não há qualquer contrapartida a este gesto de "boa vontade". Sequer se acena com o atendimento das modestas reivindicações do governo brasileiro, como redução do spread (taxa de juros), fixação de um teto para os juros e outros.

Ao contrário, o país só tem a perder. A perspectiva de agravamento da crise econômica mundial, do ponto de vista das conveniências nacionais recomendava precisamente o oposto, isto é, a manutenção e até ampliação da moratória. Um dia antes de Bresser anunciar o acordo com os banqueiros, o deputado peemedebista Fernando Gasparian obser-



Ele garante o lucro dos agiotes

vou: "O que poderá acontecer, de agora em diante, é que as receitas poderão cair e também o saldo comercial. Não devemos fazer nenhum pagamento, por menor que seja, pois o Brasil precisa acumular reservas para enfrentar a crise."

VOLTA AO FMI

Desta forma, o "pagamento simbólico" só se explica como mais uma concessão às pressões imperialistas, que foram redobradas depois do crash da Bolsa de Nova York. E aponta no sentido de recuos ainda maiores, como o retorno solene ao FMI após a conclusão das negociações em curso e a formalização de um acordo nos moldes "convencionais" (leia-se: ditado, ou "convencionado", pelos bancos).

Fontes do próprio governo informam que os entendimentos com o Fundo Monetário já estão sendo preparados. Comenta-se, ainda, que até o próximo mês deverão ser depositados mais 1,5 bilhão de dólares na Suíça com o objetivo de pagar juros atrasados e colocar de vez um ponto final na moratória. Os bancos, em compensação, injetariam "dinheiro novo" no Brasil em volume semelhante aos juros não pagos este ano, acrescido de uma parcela que se pretende refinar em 1988. "Dinheiro novo", aliás, é apenas um modo de falar, vício de linguagem. Na verdade um engodo, pois não entrará um só tostão no país, o movimento é unicamente no sentido contrário, de transferência de recursos. O que vem sendo chamado de "dinheiro novo" consiste apenas em empréstimos contábeis dos bancos, destinados a cobrir seus próprios juros, que de outra forma não serão pagos.

Mudanças no cronograma

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte e os líderes partidários tomaram uma importante decisão para garantir o completo funcionamento da Constituinte.

Diante da morosidade inevitável das votações pela Comissão de Sistematização, provocada pelo grande número de destaques, e do esgotamento do segundo prazo regimental determinado pela Mesa, na última quinta-feira um impasse rondava a Constituinte. Caso esse prazo não fosse prorrogado, a Comissão de Sistematização veria o seu importante trabalho ser castrado, o que provocaria uma grave ameaça para a continuidade dos trabalhos constituintes na medida em que o plenário iria examinar um parecer oral do relator.

Para evitar que isso ocorresse e garantir o pleno funcionamento da Constituinte, a Mesa e os líderes partidários decidiram alterar o cronograma da Assembléia, estabelecendo prazos rígidos para as votações dos Títulos IV, V, VI, VII, VIII e IX pela Comissão de Sistematização

OPINIÃO PARLAMENTAR

Haroldo Lima
Líder do
PCdoB na
Constituinte

e determinando o início imediato dos trabalhos do plenário da Constituinte para apreciar os Títulos já aprovados pela Sistematização.

A decisão foi positiva. Em primeiro lugar porque garante que a Sistematização vote integralmente o projeto do substitutivo do relator e, assim, cumpra com a função regimental de aprovar e modificar o segundo substitutivo. Essa decisão permite também o funcionamento do

plenário, agilizando os trabalhos na Constituinte. Sistematização e plenário passam, portanto, a funcionar simultaneamente.

Nesse sentido, já se sabe com antecedência que o sistema de governo será votado nos dias 29, 30, 31 de outubro e de 3 a 6 de novembro. Que a questão dos militares será votada nos dias 7 e 9. A questão tributária vai a votação nos dias 10, 13 e 14. As questões econômicas e a Reforma Agrária, por sua vez, serão votadas nos dias 16, 17 e 20. A Ordem Social irá a votação nos dias 21, 23 e 24. Finalmente, as Disposições Transitórias onde, entre outras coisas, serão tratados o mandato do atual presidente e a data das próximas eleições diretas, serão votadas nos dias 27, 28 e 30.

Com isso, o movimento popular e democrático já tem um cronograma definido para orientar as suas mobilizações no sentido de estar presente em Brasília para acompanhar as votações dos temas mais importantes e pressionar os constituintes a aprovar as teses progressistas.

PRIVATIZAÇÃO

Mafersa à venda, já

A segunda maior empresa do setor de material e veículos ferroviários, a Mafersa S/A - que também é uma das estatais mais rentáveis e lucrativas do país - está para ser privatizada em dezembro próximo. Os trabalhadores da empresa, desde que esta possibilidade se apresentou pela primeira vez, vêm lutando e alertando a sociedade para que não se concretize.

Na semana passada na Feira do Transporte (Brasil-Transpo 87), a estatal Mafersa S/A apresentou as duas primeiras unidades do seu ônibus diesel monobloco "padron", o M-210, o único no mercado desenvolvido estritamente dentro das características brasileiras, totalmente projetado por computador, construído com estrutura de aço carbono de existência 6 vezes superior à do aço inoxidável usado tradicionalmente nas carrocerias e uma durabilidade comprovada, em testes de laboratório, de mais de 20 anos. Este fato dá uma idéia da capacidade tecnológica de uma das empresas mais rentáveis do setor de material e veículos ferroviários do país. Fundada em 1944 pelo empresário Lauro Parente, a então Materiais Ferroviários S/A tornou-se uma grande fabricante de uma diversificada linha de produtos ferroviários e rodoviários. Sob controle da iniciativa privada, entretanto, foi praticamente à falência, sendo encampada pelo BNDES num dos últimos atos do governo João Goulart, em 1964. De lá para cá, a Mafersa se recuperou nunca dependendo de recursos oficiais, mas tão somente do esforço de mais de 3.800 operários e de um know how reconhecido mundialmente. Hoje, a empresa exporta um conjunto de com-



Valmir, da comissão de fábrica

ponentes para mais de 30 países.

ALVO DAS MULTINACIONAIS

Este acúmulo de patrimônio técnico na área de vagões de passageiros, de contêineres, rodas, eixos etc, incomoda outros gigantes do setor, especialmente as multinacionais, que não medem esforços para liquidar essa capacitação nacional para depois implantar aqui suas próprias tecnologias a custos altíssimos. Não foi à toa que a concorrência para construção do material ferroviário para o metrô de Porto Alegre foi ganha pela multinacional japonesa Mitsui, apesar de ter oferecido uma proposta mais custosa que a da Mafersa. É porque a transação envolvia um empréstimo nipônico.

A tentativa de privatização da Mafersa está prestes a se concretizar. O BNDES já declarou a intenção de comercializar via Bolsas até dezembro deste ano todas as ações da empresa (66% em títulos preferenciais e 33% em ordinários). O que não está decidido é se a privatização se dará por leilões ou por oferta pública. A conjuntura financeira atrapalhou o plano com a violenta queda das bolsas no Brasil num efeito dominó que se seguiu à

maior queda de Wall Street, em Nova York. Em outras ocasiões já se tentou a venda da empresa. O problema foi que o pool de empresas interessadas na compra avaliou em menos de 25% do real valor estimado pelo próprio BNDES.

A PRIVATIZAÇÃO EM ANDAMENTO

Enquanto essas negociações se processam, dentro das três unidades que compõem a Mafersa, em São Paulo, Caçapava e Contagem (esta última em Minas Gerais) os trabalhadores notam uma série de atitudes estratégicas no andamento da produção. Segundo Valmir Santana de Almeida, membro da comissão de fábrica da unidade paulista, na Vila Leopoldina, zona oeste da capital, "não está existindo investimento na reposição do capital instalado em máquinas para melhorar as condições de trabalho e o aumento ainda maior da produtividade. Trabalhamos com ferramentas ultrapassadas, sem proteção adequada para os operadores. E muito difícil passar dois dias sem algum tipo de acidente na linha de produção. Na verdade, as relações trabalhistas na empresa não diferem muito do tratamento dado aos operários das multinacionais no que se refere à exploração." Entretanto, reconhece o líder sindical: "a questão-chave no momento, não só para os operários, mas para todos os brasileiros democratas e progressistas, é resistir à sanha dos que querem tirar do Brasil a área de projetos no setor da construção de material ferroviário e rodoviário, para que depois cada um de nós tenha que pagar mais caro, pelos mesmos produtos, em royalties para as multinacionais, impedindo o desenvolvimento da tecnologia nacional".

(Pedro de Oliveira)



As multinacionais estão por trás da venda da Mafersa, uma das empresas mais lucrativas do setor

ENTREGUISMO

A Cacex abre as portas

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), órgão que centraliza todo o movimento nacional de exportações e importações, passou a trabalhar vigorosamente, há cerca de um mês, para destruir as barreiras que impedem a entrada no país de uma longa série de produtos estrangeiros que têm similar nacional. Esta grave denúncia foi feita na última semana à Tribuna Operária por empresários nacionalistas ligados a ramos industriais que têm se destacado por apresentar nos últimos anos acelerado desenvolvimento tecnológico.

O jornalista Luiz Aparecido da Silva, secretário-executivo da Assibrat - Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios - relatou com detalhes à nossa reportagem as estranhas decisões que têm sido tomadas pela Cacex. Altos funcionários do órgão comunicaram em setembro à Assibrat e a outras associações congêneres a existência de uma "Portaria Interna Reservada", que modificou inteiramente os procedimentos

que vinham sendo adotados há anos para a autorização dos pedidos de importação.

Até a edição da portaria, a Cacex informava a indústria nacional, através de suas entidades representativas, sobre todos os pedidos de importação que chegavam às agências do Banco do Brasil. Se essas associações alegassem e conseguissem comprovar a existência de similar nacional para o produto que se queria comprar fora do país, a importação era imediatamente desautorizada. O mecanismo visava proteger a economia brasileira da concorrência predatória desigual praticada por grandes monopólios internacionais, e através dela o Brasil pôde tornar-se autossuficiente em uma série de produtos que até há alguns anos eram fabricados apenas no exterior.

Após a portaria, entretanto, as coisas mudaram. A Cacex interrompeu todos os contatos que mantinha com a indústria nacional para tratar de importações. A Assibrat, que costumava receber uma média de sete a nove consultas semanais, não recebeu uma sequer nos

últimos 30 dias. Sem estes contatos, comenta Luís Aparecido, "só será possível tomar conhecimento da importação de um produto que tenha similar nacional quando ele estiver sendo comercializado no país. Aí, será tarde demais para qualquer ação".

A Cacex recusa-se a divulgar o texto da portaria. Alega que sendo "reservada" ela não pode ser comunicada ao público. Esta atitude revela pelo menos dois aspectos que demonstram ainda melhor a gravidade e a extensão do problema. Primeiro, o país parece ter voltado a um tempo em que simples portarias, baixadas sem qualquer consulta à nação, anulavam na prática leis aprovadas pelos representantes do povo. Além disso, a forma sigilosa com que a decisão foi tomada e a rapidez com que tem sido levada a efeito são um indicio de que o governo brasileiro pode ter assumido recentemente no exterior compromissos que ferem a soberania nacional, e não está disposto a permitir que a população possa conhecer e julgar esses compromissos.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A democracia dos Mesquita

A flagrante instabilidade do atual quadro político exige dos trabalhadores uma atenção redobrada. Palavras e atos dos inimigos, mesmo aparentemente pouco importantes, merecem análise cuidadosa. Em particular, desperta curiosidade a súbita conversão do jornal "O Estado de S. Paulo" à tese de eleições gerais no país "para apressar o novo e sepultar o antigo", segundo palavras do editorial do último dia 27.

MÁGICA E AMEAÇA

O "antigo", segundo se deprende do citado editorial, é o regime implantado em 1964 - que, diga-se de passagem, teve no "Estadão" um dos apoios mais sólidos. O "novo" é definido com uma "dica" apenas: "em consonância com os setores sociais que por sua mentalidade, pela maneira como encaram a inserção do Brasil no mercado internacional e como vêem as relações internacionais do país, estão de fato integrados na terceira onda, e não persistem em viver tecnologicamente na segunda onda".

Pela história do jornal, esta tal onda é a do capital estrangeiro. Mas no momento não é isto que interessa principalmente.

O "Estadão" afirma que a atual Constituinte convive com o "antigo" pelo fato de ter sido convocada através de uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso anterior - sem um processo revolucionário que rompesse com as velhas estruturas do regime militar. Daí, para superar a crise política em curso, o venerando porta-voz da oligarquia mais reacionária deste país inventou uma magia: cessar as atividades da atual Constituinte e convocar eleições gerais, em todos os níveis, de vereador a presidente da República. Mais do que isto, "eleições sem partidos, que nada representam, no sistema distrital". E ainda acompanhada de uma ameaça: ou isto ou o confronto com a "parte da história".

PACOTE VENENOSO

Eleições gerais? Não deixa de ter um apelo democrático. Mas por que liquidar com a Constituinte? E por que liquidar com os partidos? E, ainda mais, por que o sistema distrital? Por trás de uma fachada democrática, utilizando de forma oportunista o anseio popular de acabar com as tropelias do Sarney, a direita embrulha um pacote cheio de veneno.

A Constituinte, com todos os seus defeitos, é um fórum de luta democrática e, até certo ponto, refletindo o descontentamento dos brasileiros, tem permitido a aprovação de certas normas de interesse popular. Quanto aos partidos, sua evidente fragilidade reflete a realidade de décadas e décadas de arbítrio. Mas é melhor tê-los em funcionamento e principalmente lutar para ampliar a liberdade de organização para que os trabalhadores e todas as correntes de opinião tenham condições legais de construir partidos seus, do que sufocá-los por inspiração da família Mesquita.

NÃO AO GOLPE

Por tudo isto, os apelos do "Estadão" por eleições representam um sinal de alarme. A direita está desesperada mesmo com as limitadas possibilidades democráticas da Constituinte. Por isto nos convida para aceitar um golpe branco e, ao mesmo tempo, insinua que tal medida é para evitar outro golpe, no velho estilo, com base nas baionetas.

O povo certamente precisa de soluções revolucionárias. Mas, na conjuntura atual, a quebra da legalidade democrática, como quer a direita, não contribui para este caminho. É urgente acumular forças, incorporar novas camadas à luta política e, para isto, é imprescindível, nesta hora, chamar todos os democratas para condenar e impedir as soluções golpistas.

(Rogério Lustosa)

A revolução exige um partido diferente

A revolução soviética elevou a organização política do proletariado a um novo patamar. O partido comunista tal como o conhecemos hoje não existiu antes de Lênin. Foi forjado na luta para dotar a classe operária russa de um instrumento revolucionário, independente, capaz de conduzir os trabalhadores ao socialismo - qualidades que o partido bolchevique incorporou, à base de uma sólida unidade de pensamento e ação.

A necessidade de organização do proletariado para a tomada do poder e construção de uma nova sociedade, socialista, em contraposição ao regime capitalista, é antiga, há muito acompanha a luta de classes entre capital e trabalho e já se manifesta com força durante o século passado.

Ao lançarem o "Manifesto Comunista", em 1848, Marx e Engels estabeleceram a base ideológica mais geral do partido do proletariado. No entanto, a organização dos operários, do ponto de vista político, era bastante frágil. Naquela época as idéias liberais, burguesas, ainda predominavam absolutas mesmo entre os assalariados.

Em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que levanta a bandeira da união do proletariado em todo o mundo e propagandeia a idéia de um novo regime social. E desta forma a ideologia marxista foi sendo cimentada.

Durante a década de 70 no século passado surgem os primeiros partidos social-democratas. O marxismo já tinha se tornado a doutrina hegemônica no movimento operário e tais partidos adotam oficialmente os ensinamentos de Marx e Engels. Transformam-se rapidamente em organizações de massa, com grande influência política.

Os partidos da II Internacional se desenvolvem para batalhas pacíficas

Embora marxistas, os partidos social-democratas se desenvolvem em um período de evolução pacífica do capitalismo, marcado pelo surgimento dos trustes. O capitalismo se transmuda em imperialismo, inicialmente com grande euforia. Uma euforia que dura até a eclosão da primeira guerra mundial e, em certa medida, ofusca a perspectiva revolucionária.

Os partidos social-democratas, adaptados a este período, haviam se transformado em verdadeiras máquinas eleitorais, propícias ao enfrentamento da luta parlamentar. Mas logo se revelaram imprestáveis para a tempestade que se anunciava. Seus mais destacados líderes - com Kautski à frente - claudicaram diante da guerra imperialista, afundaram no lodaçal do chauvinismo, caminhando a reboque da burguesia. Traíram a recomendação feita em 1912 pela Internacional de transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária e cada qual procurou apoiar a burguesia de seu país respectivo no conflito.

Tornou-se evidente que essas organizações eram completamente inadequadas para o novo período que se passou a viver, de choques declarados entre as classes, onde a revolução proletária para a derrubada da ordem imperialista foi

colocada na ordem do dia. As novas e grandiosas tarefas descortinadas pela história só poderiam ser vitoriosamente enfrentadas por "um novo partido, um partido combativo, revolucionário, bastante corajoso para conduzir os proletários à luta pelo poder, bastante experimentado para se orientar nas condições complexas da situação revolucionária e muito flexível para desviar todos e cada um dos escolhos que se interpõem no caminho para o seu objetivo", como disse Stálin.

As condições sociais e políticas presentes na Rússia no início deste século são bem diferentes daquelas observadas na maioria dos países do velho continente europeu. Ali, o desenvolvimento do capitalismo, embora relevante, era recente e ocorria sob a tutela de um regime político terrorista. A ditadura czarista oprimia brutalmente o proletariado e as massas camponesas. Os marxistas revolucionários atuavam na clandestinidade. Não se tratava simplesmente de organizar o povo para a luta parlamentar, embora sem menosprezar a importância da luta neste campo.

Esta situação, aliada ao espírito revolucionário do proletariado russo, colocava em primeiro plano a necessidade de construir uma organização política revolucionária, capacitada para dirigir a classe operária e os camponeses na luta pela derrocada do czarismo e conquista da democracia e do socialismo.

O embrião de um partido de tipo novo, à altura dos desafios do século XX, surgiu em 1903, por ocasião do II Congresso do Partido Operário Social Democrata da Rússia (POSDR). É então que se forma a corrente revolucionária bolchevique (maioria) já em processo de decisiva luta contra a tendência menchevique (minoridade).

A batalha ideológica que se trava dentro do POSDR reflete as contradições que se antepõem ao caminho revolucionário, as dificuldades que a nova concepção de organização proletária tem de vencer para se impor. As tendências reformistas e oportunistas lutam de corpo e alma contra qualquer avanço neste sentido.

Os debates que ocorrem no II Congresso, particularmente em torno do artigo primeiro dos estatutos partidários, delimitam claramente os campos entre revolucionários, liderados por Lênin, e reformistas (cujo oportunismo se revela em matéria de organização) como Martov e Trotsky.

Desde então, a luta de Lênin é para fazer prevalecer a idéia de uma organização sólida, baseada numa disciplina férrea e consciente de seus militantes, equiparável em certos momentos à disciplina militar e caracterizada, ainda, pela subordinação da minoria à maioria, dos organismos inferiores aos superiores e na unidade ideológica e de ação.

"O proletariado na sua luta pelo poder não tem outra arma senão a



organização", assegura Lênin. "Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado pelos trabalhos forçados ao serviço do capital, constantemente atirado ao abismo da miséria mais completa, do embrutecimento e da degenerescência, o proletariado só pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível quando sua unidade ideológica baseada nos princípios do marxismo é cimentada pela unidade material da organização que reúne milhões de trabalhadores num só exército da classe operária". observou o líder revolucionário russo na sua obra "Um passo à frente, dois atrás", onde relata e analisa as discussões do II Congresso do POSDR.

Fram muitas as objeções que os mencheviques levantavam contra as concepções leninistas. Eles se pautavam em geral por idéias liberais a respeito da organização proletária, mostravam-se horrorizados diante da exigência da disciplina e subordinação da minoria à maioria. Defendiam que podia ser membro do partido social democrata quem bem entendesse, sem precisar integrar uma organização partidária ou se submeter às orientações e normas traçadas pelo coletivo.

É em meio a esta luta que se cria um novo arsenal teórico sobre a organização política do proletariado e se caminha no sentido de forjar o partido para atuar na última fase de desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo, arrancar o poder das mãos da burguesia e instaurar a ditadura do proletariado.

No interior do POSDR, a luta entre duas concepções sobre organização

No entanto, esse desenvolvimento da concepção leninista de partido ainda se dá meio a grandes contradições. Durante alguns anos os bolcheviques conviveram com os mencheviques no interior de uma mesma organização - o Partido Operário Social Democrata da Rússia. Era um conteúdo novo aprisionado a uma forma velha, o que se explica em boa medida pela autoridade ainda exercida no movimento operário mundial pelos líderes da II Internacional, com Kautski à frente. Eles só viriam a ser desmascarados às vésperas da primeira guerra.

Entretanto, bolcheviques e mencheviques já estavam separados de fato. A convivência orgânica entre duas concepções diametralmente opostas - uma proletária, outra burguesa - não podia durar eternamente.

Após as jornadas revolucionárias de 1905 1906, os mencheviques evoluem para posições abertamente antipartido, organizam a corrente liquidacionista com o objetivo de destruir o POSDR e substituí-lo por uma organização sem caráter ideológico definido, de tipo liberal. Eles queriam "um agrupamento informe, mantido a todo custo dentro do aspecto da legalidade, ainda que para isso houvesse que renunciar de um modo claro e franco ao programa,

tática e às tradições do partido".

Embora desautorizados e condenados pela 5ª Conferência (nacional) do POSDR, - realizada em dezembro de 1908, eles persistiram na mesma linha. Finalmente, na VI Conferência do partido, celebrada em janeiro de 1912 em Praga, os mencheviques foram definitivamente expulsos. Sem dúvidas, foi um marco na evolução da concepção leninista de organização: a tendência bolchevique, que até então havia existido como fração, transformou-se em partido.

A vida mostrou que os bolcheviques estavam com a razão. A revolução proletária de outubro (novembro pelo calendário novo) de 1917 teve de varrer os mencheviques, que se desmascararam como representantes dos interesses da burguesia russa.

Em 1919 foi fundada a III Internacional, fato de grande importância histórica que reafirmou a bandeira internacionalista do movimento operário contra a burguesia. Fica claro que a luta pelo socialismo é obrigação do proletariado em todos os países, mas não se resume aos estreitos limites de uma ou outra nação, tem caráter mundial, ao contrário das teses social democratas.

Os partidos que se formam em todo o planeta sob a égide da Internacional Comunista já se enquadram nas novas condições organizativas e políticas cuja expressão teórica é o marxismo-leninismo. São organizações revolucionárias da época da ditadura do proletariado, inspiradas no internacionalismo proletário e no centralismo democrático.

Não terminam aí, contudo, as dificuldades. No seio da Internacional surgem concepções estreitas e esquerdistas, em geral como resultado de uma compreensão incorreta do combate teórico e prático à conduta oportunista e revisionista dos partidos da III Internacional (social democratas). Lênin também trava uma luta sem tréguas contra o esquerdismo, defendendo uma atuação ampla dos comunistas em todas as frentes de luta - junto ao parlamento burguês, ao sindicatos liderados por reacionários e pelegos, etc.

O 10º Congresso do Partido bolchevique consolida as concepções de Lênin

Mesmo a organização revolucionária do proletariado, embora contasse com a estrutura geral, ainda não estava de todo constituída. O detalhe de acabamento, fundamental, foi dado pelo 10º Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia, realizado em 1921, que proibiu, de uma vez por todas, a existência de grupos e frações no interior da organização comunista. A ameaça à coesão do partido, provocada pelos grupos, revelava-se "um perigo maior à ditadura do proletariado que todos os Denikin, Kolchak e Iudénich juntos (contra-revolucionários russos)", observou Lênin.

A Resolução do 10º Congresso consolidou a concepção de organização revolucionária do proletariado. Mas não foi aceita por Trotsky, que aos poucos retoma suas velhas práticas mencheviques. Caracteriza a posição do 10º Congresso como conjuntural e bate-se pelo direito à fração dentro do partido. Seu objetivo fundamental, como o de todos os traidores e oportunistas, é rebentar a coesão e unidade dos comunistas. Acaba expulso em 1927 e mesmo depois disto prossegue sua obra contra-revolucionária, aliando-se inclusive aos governos nazi-fascistas da Alemanha e Japão com o fito de combater a ditadura do proletariado.

Ao contrário do que pretendem os trotskistas e seus seguidores, a unidade inquebrantável das fileiras partidárias é um princípio fundamental, inviolável da concepção revolucionária, leninista, de organização. Um princípio que não pode conviver com a existência de qualquer tipo de direito a grupos ou frações no interior do partido, comunista.

(Umberto Martins)



Lênin discursa no Congresso da III Internacional, que adota a concepção revolucionária de partido

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

GREVE NA VOLKS E FORD

Um teste de força

A greve dos 40 mil metalúrgicos da Autolatina - Ford e Volks de São Bernardo do Campo - não se deixou abater pelas 2.200 demissões de quinta-feira, dia 23. Continua portanto o braço-de-ferro entre o colosso multinacional e a legendaria categoria dos metalúrgicos de São Bernardo.

Logo no dia seguinte às demissões, os grevistas responderam com duas enormes passeatas que, partindo das duas fábricas, se encontraram no centro da cidade. No mesmo dia, em assembleias separadas, eles recusavam uma proposta da empresa - abono de Cz\$ 6

mil, reversão da justa causa, readmissão de quem tem estabilidade e outros itens. E na segunda-feira 26, decidiam manter a paralisação dentro das fábricas.

A greve na Volks e na Ford é o ponto alto de uma campanha por reajuste salarial de 65,9%, a título de reposição de perdas, conduzida em toda a base metalúrgica. Os operários de outras empresas, como a Ford-tratores, a Tri-Sure e a Cofac, também pararam. Empresas como a Saab-Scania, a Mercedes Benz e a Motores Perkins chegaram a acordos considerados satisfatórios. Porém a Autolatina, talvez fiada em seu enorme poderio (veja ao lado),

resolveu jogar duro, provocando a paralisação.

O movimento se desenvolve dentro das duas fábricas, com assembleias por alas, nos vestiários, e passeatas internas. O pessoal da cozinha, por orientação do Sindicato, continuou trabalhando para alimentar os grevistas. O clima é de preparativos para uma luta de resistência: a Autolatina sem dúvida é poderosa; mas os operários já não suportam o achatamento de seu nível de vida. De março de 1986 até setembro passado, a inflação subiu 305,22%; o preço dos carros da Autolatina aumentou 437,31%; e os salários foram reajustados em apenas 218,38%.



Passeata em 86: categoria conquistou vitórias com luta e unidade

ELEIÇÃO NA SABESP/CETESB

Avançar na luta

Nos dias 1 e 2 de dezembro ocorrerão as eleições no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação, Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de São Paulo. A entidade, que representa 20.500 funcionários no Estado, avançou durante a última gestão e agora sofre o assédio de forças sindicais apelegadas, reunidas na Chapa 2

O sindicato em disputa congrega os trabalhadores de duas empresas do governo estadual: Sabesp e Cetesb. A categoria tem grande peso no cenário político e sindical por operar quase todo o sistema de água e esgoto do Estado. Apesar de sua importância econômica, ela sofre de graves problemas tanto na área salarial como nas condições de trabalho.

Uma faixa significativa do setor, a dos operacionais, recebe entre Cz\$ 8 mil e Cz\$ 12 mil por mês. Segundo estudos do Dieese, de maio a setembro a categoria teve uma perda real de 58% nos salários. Além de ser vítima da política de arrocho salarial do governo federal, os trabalhadores da Sabesp e Cetesb também sofrem por não possuírem até hoje um plano de cargos e salários. É comum na Sabesp, por exemplo, o funcionário ter quatro a cinco anos de casa sem nunca ser promovido.

Outro motivo de descontentamento dos funcionários são as péssimas condições de trabalho. Os operacionais trabalham em áreas insalubres, em contato com agentes químicos prejudiciais à saúde. O serviço é feito ao ar livre. São normais as doenças na pele, coluna, ao lado de varizes e problemas respiratórios. Também é elevada a incidência de doenças nervosas.

Muitas dessas doenças profissionais surgiram com o aumento do ritmo de trabalho. Há alguns anos só a Sabesp empregava 22 mil funcionários; hoje são 18.500. Essa redução gerou aumento de serviço, de horas-extras e de plantões. Foi a consequência da política de diminuição dos investimentos na área de saneamento básico. Com a crise econômica, os governos estaduais elevaram as tarifas de água, prejudicaram o atendimento à população e as condições de trabalho dos funcionários.

AVANÇO SINDICAL

Esse quadro da situação da categoria já foi bem pior. Durante dez anos o sindicato esteve totalmente inoperante. Antônio Santiago, presidente da entidade, era um pelego a serviço das empresas. Filiado ao PDS, vivia de braços dados com Reinaldo de Barros - ex-presidente da Sabesp e ex-prefeito da capital por indicação de Paulo Maluf. Durante suas várias gestões nunca houve greve. As Assembleias ocorriam de ano em ano. Os acordos coletivos não refletiam as necessidades da categoria.

Finalmente, em 1984, os trabalhadores conseguiram retomar sua entidade de classe. Mesmo com a formação de duas chapas de oposição, o pelego Santiago perdeu feio, com menos de 7% dos votos. Nestes três anos, o sindicato passou por profundas mudanças, democratizando-se e mobilizando a categoria pra a luta. A nova diretoria dirigiu duas greves gerais e várias parciais. Conquistou o direito de eleger 40 delegados sindicais para enraizar a entidade nas empresas.

Com o fortalecimento e dinamização do sindicato, a categoria conquistou várias melhorias. Entre elas, as 40 horas semanais de trabalho,

equiparação salarial dos funcionários da Sabesp do interior com a capital, anuênio, auxílio-creche, vale refeição gratuito, licença prêmio. Uma das vitórias mais significativas, fruto de muita luta, foi o adicional de insalubridade, que hoje atinge 8 mil trabalhadores.

AÇÃO DA DIREITA

Para dar a continuidade a essa positiva ação sindical, as várias forças que realmente mobilizam a base decidiram formar uma chapa unitária para concorrer ao próximo pleito. A amplitude do processo eleitoral possibilitou inclusive atrair os sindicalistas petistas que em 84 formaram uma chapa própria. A Chapa 1, encabeçada por Nivaldo Santana Silva, reúne as lideranças que mais se destacaram nos últimos embates. Da diretoria anterior apenas sete membros continuam, havendo grande renovação. E ela conta com o apoio de um amplo leque de forças (PCdoB, PT, PMDB, PCB).

Seu objetivo é fortalecer ainda mais o trabalho do sindicato para avançar nas lutas e conquistas da categoria. Segundo Nivaldo Santana, "precisamos aumentar a organização nas empresas, com a ampliação do número dos delegados sindicais e a constituição das comissões setoriais; agilizar a comunicação com a base; e aprimorar a formação dos ativistas".

Para surpresa de todos, no último dia do prazo de inscrição das chapas se inscreveu uma se autorotulando de oposição. Na verdade, a Chapa 2 congrega o que há de mais imobilista na base sindical. O encabeçador e o tesoureiro da chapa, Israel e Nestor, furaram todas as greves da categoria e dificilmente são vistos nas assembleias sindicais. A articulação sequer possui representatividade. Foi formada às pressas reunindo elementos de apenas um setor da Sabesp.

Antonio Magri e Luiz Medeiros, representantes do sindicalismo de direita no país, foram os reais articuladores da Chapa 2, que conta também com o apoio de alguns setores da administração da empresa - particularmente da diretoria de operação da região metropolitana. Toda a campanha é financiada por esses agentes patronais, mas não apresenta qualquer proposta concreta, sendo feita unicamente à base de calúnias e ataques pessoais. (Altamiro Borges)



Nivaldo

Defesa da Embratel

Em defesa da soberania nacional e pela manutenção do monopólio estatal das telecomunicações, os 12 mil funcionários da Embratel realizaram uma greve eminentemente política na semana passada, que contou com a participação de todos os funcionários da empresa. Eles exigiram a suspensão imediata do contrato feito pela direção da Embratel com as empresas Vicom (associação das Organizações Globo, do senhor Roberto Marinho, com o Bradesco de Amadeu Aguiar e a firma italiana Victori) e Moddata, que permitiria as multinacionais o direito de comercializar os serviços de transmissão de dados via satélite.

Os contratos implicam na quebra do monopólio estatal nas prestações de serviços de interligações de computadores, através de uma nova tecnologia, fazendo com que a transmissão de dados seja privatizada, privilegiando as duas empresas particulares.

Os 5 mil trabalhadores da empresa no Rio de Janeiro realizaram uma concentração diante da sede da Embratel, na avenida Presidente Vargas, que chegou a parar o trânsito da cidade. Com a pressão dos trabalhadores em todo o país, a Embratel recuou e atendeu as reivindicações dos trabalhadores, não só suspendendo a assinatura do contrato como ainda subordinando todo e qualquer compromisso e documento do gênero ao conhecimento prévio dos trabalhadores. Foi uma importante vitória dos trabalhadores brasileiros.

Bancários em greve

Depois de esgotadas todas as tentativas de negociar um acordo salarial com os interventores do Banco Central, os funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) decidiram, em assembleia, ir à greve para lutar por seus direitos e também chamar a atenção da população para a tentativa de descaracterizar este patrimônio do Estado.

Desde sua instalação, a comissão interventora do Banco Central vem sistematicamente derrubando conquistas obtidas pelo funcionalismo, como o bandejeão, creches para filhos de funcionários que trabalham 6 horas diárias, cardápio, além de outras. Ganharam aliados nesta tarefa suja de alguns superintendentes e gerentes do banco, hoje conhecidos na categoria pelo apelido de "baba-ovos". Os 17 mil trabalhadores do Banerj iniciaram seu protesto no último dia 28 e não se deixaram intimidar pelos que invadiram a instituição sob a proteção de metralhadoras como se fosse um reduto de marginais. A adesão ao movimento foi espontânea e chega a 95%.

Professor pede 88%

Foi realizado nos dias 21 a 24 o 8º Congresso da Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp), na cidade de Cruzeiro, com a participação de 500 delegados de todo o Estado. O encontro aprovou resoluções políticas importantes, como o apoio ativo à campanha das diretas em 1988, pressões sobre a Constituinte para aprovar as propostas progressistas, luta pela reforma agrária, pelo não pagamento da dívida externa e oposição ao governo Sarney, entre outras. No campo específico do ensino, o congresso reafirmou a campanha pelo ensino público e gratuito em todos os níveis.

Foi ainda constituída uma comissão pró-sindicato único dos trabalhadores da educação no setor público de 1º e 2º graus em São Paulo. Foram eleitos os 200 delegados para o Congresso Anual da CPB; definido o dia 6 de novembro como dia de paralisação em conjunto com outros funcionários públicos pela conquista das perdas salariais; e decididas reivindicações como piso salarial equivalente a cinco salários mínimos, aposentadoria aos 25 anos, jornada de trabalho única e reposição salarial de 86,44%.

Acordo no Rio

Cerca de 5 mil metalúrgicos lotaram as dependências do seu sindicato no Rio de Janeiro dia 27 de outubro. Foi a primeira assembleia da categoria, uma reunião decisiva para a campanha salarial. Em consequência das dificuldades sentidas quanto ao nível de mobilização dos metalúrgicos, aliadas às atividades desagregadoras dos pelegos que perderam as últimas eleições para o sindicato, a atual diretoria propôs a aceitação de um acordo já discutido com a federação patronal à base de um reajuste de 40% sobre os salários, aprovado pela assembleia. Os operários e os diretores do sindicato, porém, prometem continuar a luta.



Assembleia no pátio da Ford de São Bernardo: determinação de manter a greve e aumentar a pressão

O jogo sujo da Autolatina

O casamento Ford-Volkswagen, no Brasil e na Argentina, que gerou a Autolatina, foi anunciado em meados de 1986. É uma associação do tipo holding, em que dois grupos se associam em uma empresa conjunta mas mantêm sua individualidade e podem voltar atrás em caso de insucesso. Distingue-se portanto da fusão - em que dois grupos se unem para sempre - e da incorporação - em que um grupo mais poderoso engole outro menor ou mais frágil. Porém faz parte do processo de concentração e centralização de capitais, em escala mundial, que é a primeira característica da época imperialista conforme ensinava Lênin.

No caso da Ford e da Volks, trata-se de um casamento de pesos-pesados. Com apenas um ano de vida, a Autolatina é a décima-primeira empresa do mundo em capacidade de produção. A Volks e a Ford possuem dez plantas industriais no Brasil e mais cinco na Argentina, empregando 75 mil trabalhadores e podendo produzir 900 mil carros por ano. Na Argentina as duas juntas detêm um terço do mercado. No Brasil, só a Volks abocanha 36% do mercado, enquanto a Ford fica com mais de 23%. (Dados coletados pelo Dieese do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC).

O "PERIGO JAPONÊS"

Esta aliança que cria uma virtual situação do monopó-

lio absoluto, entre uma multinacional norte-americana e uma alemã; deve-se em grande parte ao medo da concorrência japonesa. Em comparação com a Europa e os Estados Unidos, o capital japonês é mais concentrado, paga pior seus operários, impõe jornadas de trabalho mais extensas, usa mecanismos mais eficientes de controle ideológico, está mais avançado na automatização. Conseqüentemente, os japoneses já inundaram os EUA em seus carrinhos e ameaçam entrar também no Brasil.

A Ford e a Volks se associaram para enfrentar esse "perigo japonês", mas, como de hábito, os trabalhadores são as primeiras vítimas dessa briga de brancos que inclui amarelos. O objetivo da Autolatina é uma "eficiência maior de recursos" (inclusive mão-de-obra), para produzir carros melhores, com menos custo, e recuperar a partir do Brasil e da Argentina uma parte do mercado mundial que os japoneses tomaram.

Na Ford e na Volks de São Bernardo, por exemplo, tudo leva a crer que as 2.200 demissões do dia 23 não se deveriam propriamente à greve. A Autolatina apenas apressou uma decisão já tomada, dentro de um processo planejado, que já havia cortado 10.200 trabalhadores de seus quadros entre janeiro e setembro, sem que houvesse nenhuma greve.

Ocorre que a associação

possibilita enorme economia de recursos. Por que manter, por exemplo, tanta gente na ferramentaria da Ford, se a Volks possui uma seção idêntica? Afirma-se que o mesmo processo provocará em breve um corte de 20% no quadro dos mensialistas (pessoal de escritório) das empresas. Num outro sistema social, tal racionalização poderia gerar, em vez de demissões, uma substancial redução da jornada de trabalho. Mas não no capitalismo, que busca sempre o lucro máximo.

PRENÚNCIO DO FIM

Visto em um sentido mais profundo, o caso da Autolatina permite outra reflexão da maior importância para os trabalhadores conscientes:

Os poderosos-chefões do capital-monopolista abominam o planejamento econômico existente no socialismo. Dizem que este é um sonho, uma utopia, e reverenciam com fervor as leis do mercado, da livre concorrência. No entanto, estes mesmos senhores são capazes de planejar em seus computadores cada parafuso, cada hora de trabalho, ao nível de todo o planeta e envolvendo sistemas tão complexos como a associação Ford-Volks, com um faturamento anual maior que o PIB da maioria dos países. Ora, se um monopólio deste tamanho pode ser rigorosamente planejado, o que nos impediria de fazer o mesmo com o conjunto de uma economia nacional? (B. Joffily)

A crueldade das demissões

Mais uma vez ficou provado que o monstro do capital tem um enorme estômago, mas nenhum coração: seguindo os critérios do lucro máximo, as demissões na Autolatina vitimaram metalúrgicos doentes ou de mais idade, que terão maior dificuldade para conseguir novo emprego. O caso de Cicero José dos Santos é apenas o mais revoltante.

Cicero, casado, pai de três filhos e cego, foi demitido pela Ford depois de 17 anos trabalhando na empresa. Neste período ele fez seu aprendizado de classe. De trabalhador sem consciência,

passou a membro da Comissão de Fábrica e no 5º Congresso da categoria, em outubro, era um dos delegados mais atentos.

O golpe traiçoeiro da Autolatina não o abala: "Estou com a consciência limpa - disse à Tribuna Operária - Não fiz nada de errado e não estou arrependido. Mais vale a derrota que a vergonha de não ter lutado". Denunciando que "a multinacional hoje tem mais direitos que o brasileiro", Cicero continua presente nas assembleias, ajudando a aproximar o dia em que o trabalhador não seja mais jogado de lado como um bagaço de cana.



Cicero: cego e três filhos

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Camargo

SERGIPE

Vitória nos canaviais

Nem mesmo as ameaças de morte feitas por plantadores e usineiros contra dirigentes sindicais impediram o fechamento do primeiro acordo coletivo entre patrões e empregados da zona canavieira de Sergipe. O acordo serviu de exemplo para os trabalhadores em fazenda de laranja, que se preparam também para a campanha salarial

Pelo acordo assinado, ficou acertado um salário mínimo de Cz\$ 3.600 e um aumento real entre 15 e 30% por vara corrida (dois metros e vinte corridos) para quem trabalha na produção - a depender do tipo da cana cortada - ficando ainda assegurada a igualdade salarial entre mulheres e homens.

O acordo foi assinado dia 22, após mais de um mês de negociações, com data base de 1º de outubro. O piso salarial será equivalente a 5% a mais do Piso Nacional de Salários. Essa cláusula garante aos assalariados da cana reajustes sempre que o Piso Nacional de Salários for majorado.

AMEAÇAS DE MORTE
No início da campanha, os plantadores de cana e a Usina

Grande Vale - localizada em Neópolis - proibiram o acesso dos dirigentes sindicais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe (Fetase) às fazendas e jagunços cercaram o carro de som do sindicato de Neópolis. O presidente do sindicato, José Moacir, o secretário do STR de Japoatá e seus familiares foram ameaçados de morte.

Os usineiros ainda anunciaram que quem alugasse carros aos sindicalistas iria "morrer atropelado" e determinaram a alguns motoristas de "jardineiras" (caminhões que transportam cana) para jogar os veículos sobre qualquer carro que transportasse o presidente do sindicato de Neópolis. Tudo porque em Neópolis e Japoatá os trabalhadores estavam mais mobilizados.

No dia 18 de outubro, três elementos encapuçados, usando um Corcel sem placa, passaram várias vezes diante da residência de José Moacir. O fato foi levado ao conhecimento da direção da Fetase e do dirigente da CGT-SE, José Araújo. José Moacir responsabiliza a Usina Grande Vale pelas ameaças, e lembra que nas suas fazendas "vez por outra aparecem corpos humanos putrefatos, sem que a polí-

cia tenha, até hoje, descoberto os motivos dos crimes ali registrados".

A CGT e outras entidades sindicais e partidos políticos vão entrar com pedido de "segurança de vida" para José Moacir e outros sindicalistas da região que estão sofrendo ameaças. José Moacir garantiu que os trabalhadores da região estão "de olho aberto para garantir o cumprimento do acordo salarial e a vida dos dirigentes sindicais".

BOICOTE DE INFORMAÇÕES

A família de Albano Franco - senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria - controla grande parte da produção e industrialização de cana em Sergipe. Monopoliza, também, os meios de comunicação que não divulgaram uma só linha sobre a luta dos trabalhadores da região da cana.

Aproveitando os ensinamentos dados pelos trabalhadores da zona canavieira sergipana, os assalariados da laranja e do maracujá já estão se mobilizando, através dos sindicatos, para deflagrarem a primeira campanha salarial de suas categorias no Estado. Sergipe é um dos maiores produtores de laranjas do país.

(da sucursal)

BOMBA X POSSEIROS

Atentado na Fetaeg

A sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) foi vítima de um atentado a bomba no último dia 23. A explosão ocorreu de madrugada, na porta da entidade, atirando estilhaços a dez metros de distância e destruindo o telefone público instalado na calçada. Coincidentemente, o ataque foi realizado logo após uma reunião de trabalhadores e no mesmo dia em que Inácio Cardoso, tesoureiro da entidade deporia, no Fórum de Goiânia, contra atividades dos grileiros.

Já no ano passado, oito pistoleiros armados tinham invadido a sede da Fetaeg, na avenida República do Líbano, no setor Aeroporto de Goiânia. No último dia 17, os latifundiários tentaram impedir a fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Araguatins.

A solenidade de inauguração da entidade, dia 17, contou com a participação de 400 tra-

balhadores, apesar das ameaças da UDR. Mesmo assim, com o intuito de provocar tumultos, pistoleiros bêbados, armados, trataram de se infiltrar na assembléia.

Um pistoleiro, chamado Enoque, tentou apresentar-se como posseiro. Mas os trabalhadores não engoliram sua mentira. Desmascarado, ele tentou agredir fisicamente o

tesoureiro da Fetaeg, Inácio José Cardoso, mas os próprios trabalhadores cortaram os seus passos.

"Essas pessoas estavam lá para conturbar nosso movimento", explica o líder camponês. "Foram contratados por fazendeiros da região e pela UDR para impedir a criação do sindicato em Araguatins. Mas prevaleceu nossa força e nossa união.

Inácio relatou que aquela região é marcada pela violência: "a pistolagem corre solta". Ele assegura que a polícia da área também está envolvida nos massacres e assassinatos de posseiros: "os policiais intervieram nas ações de despejo juntamente com pistoleiros e as autoridades estaduais nada fazem para deter a escalada terrorista".

O tesoureiro da Fetaeg informou ainda que o prefeito de Araguaina, Cornélio de Barros, está grilando a fazenda Terra Dura, no município de Araguatins, onde já colocou mil cabeças de gado nas roças dos trabalhadores. Os pistoleiros contratados pelo prefeito têm inclusive uma lista de posseiros que devem morrer, e agem da forma mais brutal, derrubando casas e agredindo as famílias.

A bomba do dia 23 faz parte desta escalada. Alguns trabalhadores, que não puderam retornar a seus municípios, dormiam na sede da entidade. Inácio assegura que a Fetaeg não vai se deixar intimidar: "A luta do homem do campo está mais firme do que nunca, conclui.

(da sucursal - Goiás)



Inácio assegura que a Fetaeg não se intimida

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Novos passos de Viração

Um manifesto que está sendo preparado pela tendência estudantil Viração e que será distribuído amplamente nas universidades brasileiras servirá para demonstrar, já nos próximos dias, que a tendência está de fato disposta a assumir uma nítida posição oposicionista em relação à diretoria da UNE.

O documento, de cerca de dez laudas, faz um relato circunstanciado e analisa de forma profunda o último congresso da entidade, tecendo áspers críticas à "total ausência de discussão política sobre a educação e as lutas em curso na sociedade". A seguir critica o movimento desenvolvido pelos grupos petistas, com auxílio do MR-8 e da UDR-jovem, para partidizar a UNE; afirma que o congresso "aprofundou a divisão e o impasse no seio do movimento estudantil" e destaca que Viração "atuará em defesa da UNE e em oposição consequente contra a atual diretoria".

Ouvido pela "Tribuna Operária", Augusto Madeira, ex-diretor de relações internacionais da UNE e membro de Viração, afirmou que esta postura se desdobra em vários níveis, e envolve até mesmo a fiscalização severa do compor-

tamento da diretoria, pressionando-a, por exemplo, para que leve à prática as resoluções que o congresso aprovou em relação à conjuntura nacional. Madeira destacou que já há sinais de que a nova direção tentará desrespeitar este programa. A última edição do jornal "Convergência Socialista", à qual pertencem dois dos diretores, é um exemplo disso, pois chega a atacar abertamente a decisão de lutar por eleições diretas em 88.



Madeira: oposição firme e enraizamento junto às bases

Madeira garantiu ainda que a tendência concentrará seus esforços, até o próximo congresso, na conquista da direção das centenas de DCEs e DAs, fortalecendo seu enraizamento junto às bases estudantis. Por fim, adiantou que está prevista uma maior estruturação orgânica de Viração, com a constituição de coordenações estaduais e de uma Coordenação Nacional. Ainda visando este objetivo, Viração realizará em fevereiro seu 6º Encontro Nacional, na cidade de Maceió.

GOIANOBYL

Revolta no cemitério

A cidade de Goiânia teve mais uma vez a sua vida tumultuada pela morte das quatro primeiras vítimas da contaminação com Césio. Uma multidão revoltada, de aproximadamente três mil pessoas, moradores do setor Urias Magalhães e adjacências do cemitério Parque, tentou impedir, na segunda-feira, dia 26, o enterro de Maria Gabriela e Leide das Neves Ferreira.

Tratava-se de um protesto desesperado de uma população desinformada, que já não acredita mais no que dizem as autoridades. Ficou caracteri-

zada a completa falta de preparo da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que tornou-se alvo de chacotas dos cidadãos comuns.

CNEN SEM MORAL

A desmoralização da CNEN cresceu quando o coordenador da equipe de Goiânia, Julio Rosental, declarou, num dia, que a cidade não poderia servir como depósito de lixo atômico e, 24 horas depois, estava referendando uma área próxima como inteiramente apropriada para receber o material. A revolta do povo, portanto, procede. O medo está arraigado. A

vulnerabilidade técnica e científica dos responsáveis pelo assunto é evidente. E faltam explicações didáticas, que ajudem o povo a compreender o que acontece.

Com a chegada a Goiânia do físico nuclear e reitor da USP, José Goldemberg, que visitou todas as áreas contaminadas e os pacientes no Hospital Geral, o quadro sofreu uma considerável alteração. Ele criticou o trabalho da CNEN, pediu a demissão de Rex Nazareth da presidência do órgão e considerou infeliz a afirmação de Nazareth de que é impossível a descontaminação total de Goiânia. "Sabemos que até Chernobyl está sendo descontaminada", comentou Goldemberg.

Por outro lado, o setor empresarial da capital vem mostrando grande preocupação com os reflexos da radioatividade. Temendo uma marginalização e rejeição dos produtos goianos, os empresários criaram uma fundação para estudar detalhadamente os efeitos do acidente e explicar aos goianos e brasileiros em geral as reais consequências da radiação.

Segundo os empresários as informações prestadas até aqui não merecem credibilidade - reforçando assim a desconfiança na direção da CNEN. Eles pensam em deslocar técnicos estrangeiros para um levantamento científico da área e cogitam inclusive de realizar um congresso internacional sobre energia nuclear em Goiânia.

(da sucursal - Goiás)



A população tentou evitar o enterro das vítimas do césio

PROFESSORES

Congresso vitorioso em Aracaju reforça unidade da categoria

Os professores sergipanos acabaram de realizar um congresso amplamente vitorioso. Prevaleceu o espírito da unidade e foram discutidas as questões políticas e educacionais enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros. Esta é a avaliação dos trezentos e trinta professores que participaram do 1º Congresso Estadual de Educação, convocado pela

Apmse - Associação Profissional do Magistério de Sergipe - realizado de 23 a 26 de outubro em Aracaju. Compareceram professores de quase todos os 74 municípios do Estado.

Conforme enfatizou o presidente da Apmse, Hamilton Santana, "este congresso não foi histórico pelo simples fato de ser o primeiro, nem por ter reunido um bom número de

professores, mas também porque estamos diante da elaboração da nova Constituição e da defesa intransigente do princípio da unicidade sindical".

Ao final do congresso os delegados tinham aprovado temas como reforma agrária antilatifundiária, eleições diretas em 88, sistema parlamentarista de governo, suspensão do pagamento da dívida externa,

campanha contra a privatização das empresas estatais e verbas públicas para o ensino público.

Os professores decidiram também exigir um percentual de 18% do orçamento federal para a educação e 25% dos orçamentos estaduais e municipais, além de aposentadoria para a categoria com 25 anos de profissão.

No terreno sindical, o congresso decidiu que diante do quadro real que vive a categoria nacionalmente, para que seja garantida a unidade da CPB, é importante manter a posição de não filiação da CPB a nenhuma central sindical. Os profissionais do magistério também referendaram a Apmse como única entidade representativa da categoria no Estado.

Foi acentuada ainda a necessidade da luta em defesa do ensino laico (não religioso) nas escolas. Existem várias religiões no Brasil mas somente uma polariza suas idéias nas escolas. "E isso é discriminatório", afirmou a professora Ana Soares, que foi reconhecida pelos participantes como grande lutadora pelos interesses da categoria.

(da sucursal - Sergipe)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 54, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira, Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abranches 2º andar sala 32 - CEP 69000.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja. CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro, Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: praça Otávio Bomfim, s. n. Altos, CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

Tribuna Operária

-Fone: 221-5444 - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: R. Desembargador Freitas, 7459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.
PERNAMBUCO - Cabo de R. Vignário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221 - Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vignário José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 - aberto depois das 18 horas e nos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peresoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 748-A - CEP 96200. Jui-ri: 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 e 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amural Pessoa, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Rua 15 de Novembro, 33, sala 112 - CEP 26000.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avellar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 219, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Companhia Print-Up e Fontido: Puma Indústria Gráfica - 35 9738 - Impressão: Cia. Jorues, Fone: 815-4999 - São Paulo

Um holocausto com 14 milhões de mortos

A cada ano cerca de 14 milhões de crianças menores de cinco anos são mortas no mundo. Este holocausto infantil está ligado à infecção associada com a desnutrição. Uma grande parte destas mortes poderia ser evitada com aplicação de técnicas de saúde simples e baratas. No entanto, os governantes jogam o fardo mais pesado da recessão nos ombros das crianças, que não têm condições de suportá-lo, enxugando os recursos destinados à saúde e educação.

Com frequência os meios de comunicação mostram imagens estereotipadas de crianças esqueléticas à beira da morte por inanição. A desnutrição - calamidade que atinge grande parte da população dos países subdesenvolvidos -, associada com a infecção, ceifa a vida de 280 mil crianças por semana, mais do que as mortes provocadas pela bomba atômica em Hiroshima.

E neste macabro campeonato dos menores de cinco anos desnutridos o Brasil é o recordista mundial, estando ao lado da Índia, Bangladesh, Paquistão, Indonésia e Marrocos. Para o professor Malaquias Baptista Filho, da Universidade Federal de Pernambuco, "a posição do país é simplesmente vergonhosa, na medida em que, tendo uma renda per capita três a cinco vezes maior que daqueles países, apresenta um quadro de desnutrição praticamente igual ao encontrado nas nações populosas - mais atrasadas da Ásia e da África".

O relatório "Situação Mundial da Infância - 1987", publicado pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), mostra um quadro desalentador. Com a recessão que se abate na maioria dos países pobres, há uma tendência para a piora no nível de vida da população. "É generalizada a deterioração dos índices de saúde e de desnutrição" entre as crianças da África e América Latina, segundo a Unicef. Nas camadas mais pobres da população do Brasil, Barbados, Belise, Bolívia, Chile, Jamaica, Filipinas, Uruguai e várias nações africanas, a mortalidade infantil encontra-se em ascensão.

A pobreza mata mais crianças do que as guerras e epidemias

"A pobreza é a principal causa das mortes prematuras, da saúde precária e do crescimento insatisfatório de tantas crianças do mundo. Nos anos 80, a luta contra a pobreza diminuiu de ritmo e, em muitas nações, chegou mesmo a retroceder, em consequência da prolongada recessão econômica mundial", expõe o relatório da Unicef. Mais adiante acrescenta: "Assim, a luta contra a pobreza enfrenta o seu pior desafio do período pós-guerra.



Terapias de baixo custo salvariam a vida de milhões de crianças se houvesse prioridade para a questão

Mudanças estruturais em cada nação - incluindo reforma agrária, redistribuição das oportunidades de rendas e políticas econômicas destinadas a aumentar a participação e a produtividade dos pobres - são fundamentais para reaccelerar o progresso".

Além das 40 mil crianças que morrem diariamente, milhões de outras ficam desnutridas, cegas, com deficiências cerebrais ou incapacitadas, em consequência da infecção associada com a desnutrição. O relatório da Unicef conclui que "transferir o fardo mais pesado da recessão para os ombros daqueles menos favorecidos e com menores condições de suportá-lo - as crianças dos países mais pobres - é simplesmente desumano e bárbaro".

Diante de uma situação tão trágica, algumas medidas de baixo custo ajudam a salvar a vida de milhões de crianças. Apenas a difusão ampla da imunização e a terapia de reidratação oral (TRO) salvou cerca de 1,5 milhão de menores de cinco anos durante o ano de 1986. Cerca de 3,5 milhões de crianças são mortas anualmente por doenças que poderiam ser evitadas pela imunização, cujos custos seriam inferiores ao preço de cinco aviões de guerra. A desidrata-

ção diarréica mata anualmente 3 milhões de menores de cinco anos, o que poderia ser evitado através de terapias orais que custam menos de um dólar por pessoa.

Tratamentos de baixo custo podem evitar a morte de milhões

Hoje a tecnologia já está capacitada para enfrentar as doenças que se abatem na maioria das crianças. "O verdadeiro desafio - explica o relatório da Unicef - já não é mais de caráter científico ou técnico. Trata-se do desafio de gerar a vontade política e a organização social que possam colocar o conhecimento hoje existente em prática, na escala necessária e a um custo suportável".

As seis maiores doenças da infância - sarampo, tétano, coqueluche, pólio, difteria e tuberculose - podem ser preven-

nidas através de vacinas. A 25 de outubro de 1985, na ONU, foi assinada uma declaração com o compromisso de se imunizar todas as crianças do mundo até 1990. Javier Pérez de Cuéllar, secretário-geral da ONU na ocasião, declarou: "É uma ofensa à consciência da humanidade permitir-se que as doenças continuem provocando um número tão grande de mortes e de deficiências.

Deixar uma criança morrer, quando isso podia ser evitado, é uma censura a toda a humanidade".

Na América do Sul morrem anualmente cerca de 1 milhão de crianças e um terço destas estão no Brasil. Os altos índices de mortalidade infantil em nosso país comprovam que a atenção governamental é relapsa. Um fato alarmante é que os dados estatísticos mostram que a partir de 1984 começou a decair a percentagem de crianças imunizadas!

TRO, um santo remédio

A cada dez segundos morre uma criança de diarreia ou desidratação no mundo. Estatisticamente este mal é o maior assassino de crianças. As doenças diarréicas respondem por 30% de todas as entradas de crianças nos hospitais e por cerca de 40% de todas as visitas a clínicas e centros de saúde do mundo em desenvolvimento. Para combater esta doença apareceu na década de 60 um tratamento simples mas eficaz, a Terapia de Reidratação Oral (TRO).

Quase por acaso se descobriu que a adição de glicose a uma solução de água e sal aumentava em 25 vezes a taxa de absorção de líquidos pelo organismo. Em 1978 a revista médica inglesa "The Lancet" reconheceu a TRO como "o mais importante progresso médico do século" em termos potenciais. Segundo a OMS e a Unicef, estima-se que até 1990 a TRO evitará que 1,5 milhão de crianças morram a cada

ano. A TRO previne ou trata a diarreia, restaura a energia e o apetite e ajuda o próprio corpo a superar a causa da diarreia.

No Brasil morrem anualmente cerca de 60 mil crianças, vítimas da desidratação e diarreia. No Nordeste um terço das mortes de crianças com menos de um ano de idade são provocadas pela desidratação diarréica. Diante deste quadro está sendo introduzido no país a Terapia da Reidratação Oral, através de campanhas de massa orientando as mães a usarem o soro caseiro.

Uma técnica tão eficaz para combater a diarreia ainda é pouco conhecida pelo setor médico. O dr. Kenneth Barth, numa citação no relatório da Unicef, diz que "a maioria dos médicos, dos agentes comunitários de saúde e dos farmacêuticos do mundo inteiro ainda não sabem nada a respeito ou não aceitam a Terapia de Reidratação Oral.

IMPrensa POPULAR

Tribuna Operária faz 8 anos

A Tribuna Operária completa oito anos de existência. No dia 7 de novembro de 1979 - não por coincidência, aniversário da Revolução Russa de 1917 -, veio a público o primeiro número da TO, na época, um quinzenário. De pronto, disse a que veio:

"Jornal operário, assumimos como nossa a luta pelo socialismo. A missão histórica da classe operária não é apenas resistir à exploração capitalista. É criar uma sociedade livre de toda exploração. Fora desta meta final, as lutas de hoje perderiam o rumo. Portanto, a Tribuna Operária defenderá, no presente, também no futuro dos trabalhadores. (...) Por uma tribuna de luta, a serviço do que há de melhor no movimento operário e popular - é a nossa proposta" (editorial do nº 0, que circulou no dia 18 de outubro de 1979).

De imediato, o jornal despertou o apoio e a solidariedade do público a que se destina: operários, camponeses, estudantes, donas de casa, o povo explorado e oprimido de nosso país. Rifas, coletas de dinheiro, apoio material; "correspondentes" improvisados - simples trabalhadores que nunca escreveram uma matéria jornalística, mas que passaram a enviar cartas à redação contando suas lutas e experiências, denunciando os desmandos do governo e dos patrões.

Também de imediato, a Tribuna Operária foi alvo da ira dos exploradores. Ainda em seu primeiro ano de existência, em 27 de agosto de 1980, a nossa sucursal carioca foi estourada por uma bomba dos fascistas. Tribuneiros foram perseguidos - nas empresas em que trabalhavam, ou mesmo nas ruas, pelos gendarmes do regime militar. Edições foram apreendidas. No Domingo de Páscoa no ano de 1984, um incêndio criminoso e uma operação de saque da Polícia Federal vitimaram a sede do jornal, em São Paulo. Por várias vezes os diretores da T.O. foram processados pelo governo, em perseguições políticas que sempre acabaram por revelar o casuismo do regime militar na sua sanha de perseguir os que estão ao lado do povo e dos trabalhadores.

Ao longo de seus oito anos, a T.O. participou de jornadas importantes. Apoiou as lutas grevistas dos metalúrgicos, dos canavieiros, de funcionários públicos... Abriu espaço para a memorável campanha pelas diretas-já. Empenhou-se nas campanhas eleitorais e na luta pela Constituinte livre e soberana. Defendeu as liberdades democráticas. Destacou o papel de vanguarda desempenhado pelo partido da classe operária, o Partido Comunista do Brasil, nos embates de classe. Salientou o exemplo da Albânia Socialista na construção do socialismo. Desmascarou o desempenho desagregador dos revisionistas do PCUS, do PC da China e seus agentes no movimento operário. Condenou as agressões imperialistas dos EUA e de outros países. Apoiou as lutas dos povos e dos operários de todo o Globo.

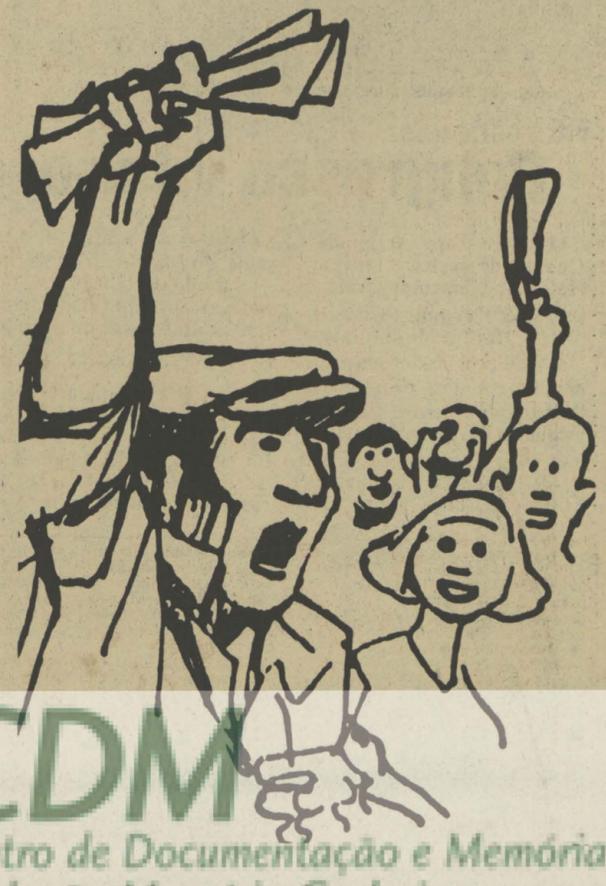
Ao ingressar em seu nono ano de existência, a T.O. se coloca novos desafios. No início deste ano, apresentamos para discussão um novo projeto para a imprensa de massas. Um projeto que coloca a necessidade da T.O. elevar seu nível de qualidade. Fazer artigos mais aprofundados. Divulgar denúncias vivas das barbaridades perpetradas pelo capitalismo. Relatar experiências de lutas populares que possam ser generalizadas, que tragam ensinamentos para os trabalhadores e o povo em sua trajetória emancipacionista. Aprimorar a equipe central da redação e ter correspondentes nos principais Estados. Ao mesmo tempo, agilizar a distribuição do jornal - para que ele chegue mais rapidamente aos leitores das principais fábricas e nos mais longínquos rincões. Garantir a sustentação financeira.

Em maio passado lançamos um número experimental do que seria este novo projeto jornalístico. Por várias edições, a T.O. publicou as opiniões de leitores e colaboradores sobre a edição experimental e sobre o projeto do novo jornal. Ainda não conseguimos criar as condições para que a Nova T.O. vingue. É uma tarefa ainda a ser concretizada. Mas é um desafio colocado pela realidade, que precisa ser enfrentado.

(Carlos Pompe)



A desnutrição e a infecção matam 280 mil crianças por semana



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois